

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1
2
3

4 Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e nove realizou-se a Centésima Décima Sétima Reunião
5 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 –
6 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e vinte minutos, com a presença dos
7 seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões Pires**, Representante do Secretário do Meio
8 Ambiente; **Sr. Tomáz Augusto Schuch**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr.**
9 **Luciano Delfini Alencastro**, Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; **Sr. Edmundo**
10 **Fernandes da Silva**, Representante da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística; **Sr. Ten. Cel. Atamar**
11 **Manoel Cabreira Filho**, Representante da Secretaria de Segurança Pública; **Sr. Aloísio Sirangelo**
12 **Braun**, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; **Sr. Carlos Boa Nova Andrade**,
13 Representante da SEDAI; **Sr. Lori Giombelli**, Representante da Secretaria de Obras Públicas; **Sr.**
14 **Marcelo Zaslavski**, Representante da Secretaria de Cultura; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular
15 da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Leonel Freitas Menezes**,
16 Representante Titular do Amigos da Floresta **Sr. Fernando Hartmann**, Representante Titular da
17 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da
18 FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado; **Sr.**
19 **Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Adilson Carlos**
20 **Metz**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga**, Representante Titular da
21 Instituição Universitária Privada; **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez**, Representante Titular da
22 Instituição Universitária Pública; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Clóvis**
23 **Zimmer**, Representante da FIERGS; **Sr. João Paulo Steigleder**, Representante Titular do DEFAP –
24 Corpo Técnico; **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa**, Representante da FEPAM. Participaram também da
25 reunião, como convidados: Káthia Maria Vasconcellos Monteiro – MIRA-SERRA; Delmira Sandra de
26 Moura Carvalho – Assessora Jurídica, Cachoeirinha/RS; Clecio Martins Chaves – Geólogo,
27 Cachoeirinha/RS; Paulo César dos Santos, Vice-Prefeito; Patrícia Bonfanti, Marau/RS; Eduardo Lobo,
28 UNISC, Alberto Pagliari, SINDIAGUA, Niro Afonso Pieper, SIGA/RS; Mauro Gomes de Souza,
29 FEPAM; Patrícia dos Reis – Bióloga, Tabaí/RS; Enidio N. Pereira – Vice-Prefeito, Tabáí/RS; Martin
30 Lengles Chistmann – Fiscal de Vigilância Sanitária, Tabáí/RS; Délia Chapata, PM Tabáí/RS; Edson
31 Ritter, PM Tabáí/RS; Maurício Hugentabler – Vereador, Taquara/RS; Maria Alice Meuk Tedesco –
32 Secretária do Meio Ambiente, Taquara/RS; Dione Maria Gelinger – Secretária do Meio Ambiente,
33 Taquara/RS; David C. Ferreira – Secretária do Meio Ambiente, Cachoeirinha/RS; Claudio Munhos –
34 Secretária do Planejamento, Lavras do Sul/RS; Paulo César dos Santos – Vice-Prefeito, Lavras do Sul/RS;
35 Jorge Alfredo Zapata Cobra – Feliz/RS; Albano José Kunrath – Vice-Prefeito, Feliz/RS; César Luiz
36 Assmann – Prefeito, Feliz/RS; Marquinho Lang – Deputado Estadual, Tabáí/RS; Geraldo Capela;
37 Annelise Monteiro Steigceder; Gillene da Silva Sanses – COEMA/AP; Telma da Conceição Pantoja –
38 Assessora Jurídica, SEMA/AP; Artur Lemos Júnior – FTB; Ana Maria Moreira Marchesan – MP/RS;
39 **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 116ª Reunião Ordinária e da 35ª Extraordinária; 2. Comunicações;**
40 **3. Qualificação de Municípios; 4. Minuta de Resolução que dispõe sobre o licenciamento ambiental**
41 **de manutenção (oficina mecânica), lavagem, lubrificação e troca de óleo de veículos automotores; 5.**
42 **Recurso Administrativo; 6. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco
43 da Rocha Simões Pires – Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sr. Tiago
44 Castagnetti – Secretária Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Boa
45 tarde a todos. Informo à Secretaria que temos *quorum* para o desenvolvimento dos nossos trabalhos na
46 117ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Uma vez feita essa abertura, eu faço um
47 convite para o Deputado Marquinhos Lang vir à frente, ficar conosco, participar dos trabalhos, até porque
48 como esse é um espaço de discussão da política do Estado de Meio Ambiente se torna importante e muito
49 lisonjeador contarmos com a presença do Sr. Deputado. E, dessa maneira, eu lhe passaria a palavra,
50 Deputado Marquinho Lang, para fazer uma manifestação inicial, já sei que o senhor vai acompanhar os
51 nossos trabalhos. **Sr. Marquinho Lang:** Uma boa-tarde a todos. Queria aqui, cumprimentando o Secretário
52 Adjunto, o Dr. Simões Pires, dizer que é uma satisfação para nós participarmos, até porque nós debatemos
53 muito na Assembléia a questão do meio ambiente e o Conselho tem uma parte fundamental em tudo isso.
54 Eu queria aqui também deixar um abraço ao meu colega Deputado Berfran Rosado, Secretário do Meio
55 Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, da Secretaria, e tendo essa responsabilidade de poder também
56 estar lá na Assembléia representando, debatendo e, também, auxiliando os municípios naquilo que a gente
57 pode para que eles possam se organizar e entrar nesse rito e nesse ritmo do meio ambiente e poder
58 exatamente valorizar essas questões dos seus municípios. Então, agradecer aqui a compreensão e também
59 o convite e dizer que nós estaremos acompanhando, até porque para mim também, já acompanho à

60 distância, mas nunca pessoalmente a questão da reunião do Conselho e também para mim é uma satisfação
61 poder estar presente. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado, Deputado. Eu
62 convidaria também, não poderia ser diferente, a Dra. Annelise Steigleder para sentar conosco à mesa em
63 razão de ser promotora de justiça da defesa do meio ambiente. A senhora gostaria de fazer o uso da
64 palavra, Dra. Annelise? Eu lhe passo, depois nós vamos dar seguimento aos nossos trabalhos. **Sra.**
65 **Annelise Monteiro Steigceder:** Boa-tarde a todos. Simplesmente tenho que agradecer a oportunidade ao
66 Dr. Francisco e desejar a todos nós um excelente trabalho. **1.Aprovação da Ata da 116ª Reunião**
67 **ordinária e da 35ª extraordinária. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado. Uma
68 vez abertos os trabalhos, pela ordem regimental eu consulto ao Plenário se nós poderíamos dispensar a
69 leitura da Ata, mas antes da dispensa da leitura da Ata fica aberto espaço para possibilidade de
70 corrigendas, de alterações, equívocos que possam ter acontecido na versação da Ata. Então, eu abro
71 inicialmente o espaço para os Senhores Conselheiros que tiverem interesse em fazer alguma retificação na
72 Ata. Se não há retificação, então, eu consulto o Plenário – embora eu não tenha o meu cartão de votação –
73 sobre a possibilidade de nós dispensarmos a leitura da Ata. Quem é favorável à dispensa da leitura da Ata
74 se manifeste com o cartão de votação. **(20 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário;**
75 **nenhuma abstenção.) Dispensada a leitura da Ata. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
76 Eu gostaria de, então, passar a palavra para o Tiago para ele fazer as Comunicações. **2. Comunicações.**
77 **Sr. Tiago Castagnetti:** Boa-tarde a todos. Bem-vindos à 117ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do
78 Meio Ambiente. Em Comunicações, primeiramente, a justificativa de ausência do representante Paulo
79 Brack, do Ingá e, a seguir, um Ofício da APEDEMA 05/2009, datado de 16 de maio de 2009. O assunto
80 desse ofício é a eleição da Presidência do CONSEMA: *Senhor Presidente eleito. Considerando a eleição*
81 *para Presidência do CONSEMA, realizada no último dia 27 de abril em reunião extraordinária deste*
82 *Colegiado a APEDEMA/RS vem manifestar sua inconformidade com a maneira como o processo eleitoral*
83 *foi levado a cabo, requerendo a sua anulação e a realização de novo processo. Tal inconformidade se dá*
84 *na seguinte base: na convocatória da reunião não estava claro que a mesma trataria da eleição, estando*
85 *dito que a mesma seria realizada para fins de eleição da Presidência do CONSEMA. No tocante a este*
86 *ponto, era entendido pelas entidades indicadas pela APEDEMA que seria somente iniciado o processo*
87 *eleitoral. Não obstante o disposto na Resolução CONSEMA 142/2007, não foi dado publicidade ao prazo*
88 *de inscrição de candidatos. Da mesma forma, na referida convocatória, não estava expresso que havia*
89 *candidato único. Ademais, ao contrário do entendimento dessa Assembléia, houve ocasião em que o Sr.*
90 *Secretário Adjunto da SEMA, Francisco Simões Pires, na qualidade de Presidente Interino do*
91 *CONSEMA, afirmou em Plenário que a vaga de Presidente caberia à Secretaria do Estado, eis que*
92 *transmitido automaticamente da última eleição que houve, a da então Secretária Vera Callegaro para o*
93 *cargo. Por outro lado, sem questionar a idoneidade do Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e*
94 *considerando que a principal pauta em deliberação do CONSEMA atualmente é o zoneamento ambiental*
95 *para atividades de silvicultura (ZAS), preocupa-nos o fato de o Secretário ter recebido importante*
96 *financiamento de campanha por parte de indústrias do setor de celulose quando do último pleito eleitoral*
97 *para deputado estadual quando foi reeleito. Imaginamos que tal situação possa configurar-se como um*
98 *conflito de interesses, sendo, então, tal situação inaceitável na Presidência do órgão superior do sistema*
99 *estadual de proteção ambiental. Reforçamos que as considerações deste ofício não tem o intuito de*
100 *desmerecer a pessoa do Senhor Secretário de Estado, mas sim o de fortalecer os instrumentos*
101 *republicanos e democráticos de um Conselho que merece ser eminentemente respeitado. Sem mais,*
102 *reiteramos o nosso pleito de que seja refeita a eleição para Presidência do CONSEMA, dando, agora,*
103 *ampla publicidade para o seu processo eleitoral. Atenciosamente, Vicente Medalha, Secretário Executivo*
104 *Coordenação Executiva da APEDEMA.* Não existem mais Comunicações. **Sr. Presidente (Francisco da**
105 **Rocha Simões Pires):** Eu não sei se na condução dos trabalhos, mas eu me sinto no dever de esclarecer
106 aos Senhores. Primeiro: foi cumprida rigorosamente a legislação para eleição prevista para eleição e a
107 publicidade. Não há nenhuma regra que obrigue a Secretaria Executiva ou a própria Presidência informar
108 se eram ou não candidatos inscritos. Isso é interesse de qualquer um dos membros do Conselho ou
109 qualquer instituição consultar a Secretaria que ficaram abertos os prazos ou o espaço ficou aberto para
110 inscrição de candidaturas. Lamentavelmente eu acho que o Vicente talvez não tenha acompanhado, ao
111 longo do tempo, pela ausência que ele se tem feito. Em momento algum eu disse que era disto ou daquilo.
112 Eu disse que só quem pode ser Presidente é quem tem assento no CONSEMA. São instituições e não as
113 pessoas físicas. Conseqüentemente, o cargo que era ocupado até à eleição passada era o cargo da
114 Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que, na oportunidade, a sua titular era a Dra. Vera Callegaro. Uma
115 vez, evidentemente, trocado o Secretário não troca a representação no Conselho, razão pela qual o
116 Secretário Otaviano, às vezes que eu conduzi foi, exatamente, exercendo as funções de Secretário Adjunto

117 que substitui todas as atribuições do Secretário Titular, como em hora faço em razão de compromisso do
118 Secretário Berfran Rosado. As demais considerações com relação a questões de campanha, eu me
119 abstenho de comentar até porque este fórum aqui, por mais democrático que ele seja, não é um fórum
120 insidioso e nem leviano. Então, em seguimento, seguindo a nossa pauta, mantido o *quorum*, estamos agora
121 com *quorum* de 20 membros; *quorum* mínimo, 15. Então, eu consulto ao Plenário se nós podemos aprovar
122 a Ata já que não houve retificações, não houve alterações em Plenário que possam ter sido encaminhadas
123 para a Secretaria do Conselho, então, eu consulto ao Plenário se nós podemos deliberar sobre a aprovação
124 da Ata 116ª Reunião Ordinária e da 35ª Extraordinária. Quem é favorável à aprovação das duas Atas, por
125 favor, manifeste o cartão de votação. **(19 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; uma**
126 **abstenção.) Aprovadas. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Eu consulto o Plenário, tem
127 uma situação peculiar: tem um processo de recurso que vem para conhecimento, seria o nosso terceiro
128 item de pauta, mas como é um recurso que já foi informado pela Relatoria, o parecer da Relatoria é pela
129 não-admissibilidade, eu consultaria o Plenário se os Senhores concordariam com a inversão da pauta uma
130 vez feita a leitura da Ordem do Dia? Só para poder agilizar, dispensar o servidor que é o nosso Presidente
131 da Fundação Zoobotânica. Então, façamos assim: o Tiago faz, por questão regimental, a leitura, eu ponho
132 em votação a inversão da pauta, sendo apreciado o recurso primeiro e, depois, nós seguimos a nossa
133 Ordem do Dia normal. **Sr. Tiago Castagnetti:** Muito bem. Temos na pauta da reunião de hoje: **3 -**
134 **Qualificação de Municípios** – os Municípios são Lavras do Sul, Tabai, Feliz, Taquara e Cachoeirinha; O
135 próximo item é: **4 - Minuta de Resolução que dispõe sobre o licenciamento ambiental de manutenção**
136 **(oficina mecânica), lavagem, lubrificação e troca de óleo de veículos automotores.** O seguinte é: **5 -**
137 **Recurso Administrativo.** E o último assunto da pauta é: **6 - Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Francisco**
138 **da Rocha Simões Pires):** Então, entra em votação a aprovação da inversão da pauta, entrando em
139 primeiro tópico a discussão do Recurso Administração. Quem é favorável à inversão dessa pauta nesses
140 termos propostos? **(20 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção.)**
141 **Aprovada. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Eu quero também dizer para os Senhores
142 que hoje nós temos a visita da Dra. Telma da Conceição Pantoja, da Secretaria de Estado do Meio
143 Ambiente do Amapá e a Dra. Gillene da Silva Sanses do Conselho Estadual do Meio Ambiente do
144 Amapá. Faço questão de convidá-las para sentar conosco. Eu quero consignar em Ata que para nós,
145 também, é extremamente honroso – afora receber a visita de um parlamentar e do Ministério Público do
146 Estado do Rio Grande do Sul – receber uma comitiva do Amapá que veio discutir, veio trocar informações
147 e experiências a respeito do licenciamento das atividades de impacto local, do licenciamento municipal.
148 Sejam muito bem-vindas. Como nós temos pautado por receber bem as pessoas que nos visitam para
149 trocar informações eu pediria ao Tiago para passar para as nossas convidadas o último número faltante, se
150 não estou enganado, do exemplar da Revista da FEPAM e, também, em seguimento, oportuno para as
151 senhoras a manifestação. Antes de passar a palavra eu gostaria de convidar a nossa querida Conselheira da
152 ONG Mira-Serra, Lisiane Becker, que é uma organização não-governamental que faz um trabalho bem
153 importante, uma atuação de expressão aqui no Conselho, para fazer a sua manifestação e passar uma
154 lembrança, também, das atividades que são desenvolvidas por essa organização não-governamental. **Sra.**
155 **Lisiane Becker:** À oportunidade que eu cumprimento a presença de vocês e, também, como Conselheira
156 atuante na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada desse Estado, nós temos um bioma diferente do de
157 vocês, eu sei que vocês se interessaram pelo material, então, entraram em contato conosco e nós fizemos
158 uma cortesia que talvez inspire, também, a gestão de vocês dentro da Amazônia. **Sr. Presidente**
159 **(Francisco da Rocha Simões Pires):** Então, eu oportuno as nossas convidadas, a Dra. Telma e a Dra.
160 Gillene para suas manifestações. Por favor. **Sra. Gillene da Silva Sanses:** Boa-tarde a todos. Eu sou
161 Gerente Administrativa do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Amapá. Viemos com intuito de
162 verificar a descentralização efetivamente porque lá está iniciando. Inclusive, carecemos de muitos recursos
163 naturais, mas tem carências de técnicos. Hoje nós somos 16 municípios, em relação aos de vocês, um
164 monte, em relação aos nossos pequenos 16. A nossa população é pequena, mas o espaço é grande em
165 relação as populações. Vou agradecer, fomos bem recebidos por onde nós passamos todo mundo nos
166 informou a experiência e espero que vocês visitem o nosso Estado para verificar as nossas belezas
167 naturais. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado. Tenha a bondade. **Sra.**
168 **Telma da Conceição Pantoja:** Boa-tarde a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer também a
169 hospitalidade do povo gaúcho em nos receber. Como a Dra. Gillene falou, há uma diferença muito grande
170 entre Rio Grande do Sul e Amapá. Aliás, toda a extensão do território brasileiro. Quando nós chegamos
171 aqui verificamos que tem 400 e poucos municípios e nós temos os nossos 16 municípioinhos, mas as
172 nossas dificuldades são muito grandes perto das dificuldades do Rio Grande do Sul porque o que eu
173 verifiquei, nós visitamos alguns municípios e estivemos aqui essa semana visitando a Secretaria, o

174 Conselho - graças ao Dr. Pieper, que eu gostaria de agradecer por todo esse acompanhamento, que ele tem
175 nos dado atenção – eu verifiquei que as políticas voltadas ao meio ambiente aqui no Rio Grande do Sul
176 são levadas a sério, são poucos técnicos, são técnicos especializados, esforçadíssimos. Então, eu gostaria
177 de parabenizá-los porque no nosso Estado, infelizmente, na região amazônica, isso não acontece. Temos
178 uma diversidade biológica maravilhosa, o nosso Estado é banhado pelo Rio Amazonas, a extensão dele
179 todinha. Somos 16 municípios, mas com uma extensão territorial inimaginável e com pouca população. A
180 nossa Secretaria é uma Secretaria com poucos técnicos especializados. O Secretário nomeado esse ano é
181 um Secretário que já foi técnico, está trabalhando na secretaria a 20 anos, praticamente. E se especializou,
182 viajou, saiu do Amapá, especializou-se, fez doutorado, retornou para lá e a gente está tentando aplicar da
183 melhor forma possível essa gestão ambiental. E verificamos a necessidade de fazer a descentralização do
184 licenciamento municipal e aí, nas minhas buscas pela Internet, eu verifiquei que a Secretaria do Rio
185 Grande do Sul possuía uma legislação que viabilizava a descentralização do licenciamento menos
186 complexa do que a de São Paulo – nós chegamos a consultar a de São Paulo também. Apesar dessa
187 diferenças regionais a gente vai tentar adequar, e tenho certeza que vamos conseguir adequar a legislação
188 de vocês a nossa realidade. São 16 municípios, os nossos problemas são, tipo: todos os municípios
189 possuem uma mineradora, e mineradora dentro da região amazônica vocês já podem imaginar a
190 degradação que elas provocam. Então, os nossos problemas são muito grandes, mas eu tenho certeza que
191 com a ajuda do Dr. Pieper, que vai estar no nosso Estado, daqui a mais um tempinho, nós vamos conseguir
192 descentralizar para desafogar a nossa Secretaria porque o Estado do Amapá antigamente só SEMA faz
193 licenciamento, fiscalização, monitoramento, tudo na Secretaria de Meio Ambiente. Aí criamos um
194 Instituto de Ordenamento Territorial e Meio Ambiente para descentralizar, também, as atividades da
195 Secretaria, da SEMA, só que a coisa não está andando no momento porque há muitos interesses políticos
196 também na região amazônica, isso complica muito a nossa atuação. No mais, eu gostaria de agradecer
197 mais uma vez o Dr. Francisco pela hospitalidade. Muito obrigada. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
198 **Simões Pires):** Muito obrigado. (Palmas). **Sr. Geraldo Capela:** Boa-tarde a todos e a todas. Eu queria
199 cumprimentar todos os Senhores na pessoa do Dr. Francisco. Eu sou Geraldo Capela, sou o Vice-
200 Presidente do Conselho do Meio Ambiente. Lá a gente só pode eleger o vice; o Presidente, por lei, é o
201 Secretário de meio ambiente. Eu represento uma organização não-governamental no Conselho, o
202 Movimento Verde Vivo e nós fomos eleitos Vice-Presidente. Na realidade é o Vice-Presidente lá dentro
203 do Estado que te dá a condução maior dentro do processo em função da estabilidade governamental.
204 Normalmente você está com o Secretário interino ou com o secretário de passagem ou, muitas vezes, com
205 um Secretário que não se interessa muito pela questão em função da indicação política. Temos a
206 dificuldade normal dos Conselhos. A grande maioria dos Conselhos de Meio Ambiente do País, dos que
207 eu conheço, eu costumo dizer que são instrumentos da prática da democracia direta, um dos poucos
208 instrumentos de prática de democracia direta que se tem no País são os Conselhos de Meio Ambiente,
209 tanto estaduais quanto municipais, quando a gente compara com a atuação dos outros Conselhos, com
210 aqueles que eu tornei de interferência, dentro da sua questão objetiva para a qual foi criado. Gosto de dizer
211 que somos um instrumento de controle de Estado e não de governo. Às vezes alguns Conselhos
212 confundem essa situação de ser um instrumento de controle de governo. Nós somos um instrumento de
213 controle de Estado, portanto muito superior dentro dessa questão da discussão ambiental. A gente, por
214 afinidade, a minha esposa é gaúcha, conheço o Rio Grande do Sul há algum tempo, tenho uma filha que é
215 gaúcha também, então, sei dos problemas ambientais que o Rio Grande do Sul enfrenta, assim como nós
216 enfrentamos, na mesma proporção e na mesma medida e, às vezes, muito mais graves como colocou a
217 companheira Telma, pelo despreparo dos agentes estaduais que deveriam estar ali para agir e para dar o
218 cumprimento aquilo que é regular, estabelecido pela lei ou pela resolução do Conselho Estadual do Meio
219 Ambiente. Então, se a gente for olhar, é o único instrumento que a sociedade tem onde se encontram o
220 conhecimento empírico e o conhecimento científico e onde você pode tentar construir a busca desse
221 equilíbrio entre os dois na área, são os Conselhos de Meio Ambiente. Então, a gente tem um papel
222 fundamental. Eu costumo dizer e executo o meu papel enquanto Conselheiro da melhor maneira possível e
223 incentivo os meus companheiros, os não-governamentais tanto quanto os governamentais a exercer da
224 melhor maneira possível. Fico feliz de estar aqui no Rio Grande do Sul, eu não sei quantos Conselheiros
225 os senhores são, mas fico muito feliz de ver a platéia cheia. Não sei se todos são Conselheiros, mas isso é
226 muito interessante. Eu acho que isso fortalece a área e isso só permite o processo de discussão dentro da
227 área. Agradecer de modo particular o Rio Grande do Sul pelo que está propiciando aos companheiros da
228 Secretaria e ao próprio Conselho na construção das normativas em nível de resolução que precisam ser
229 feitas e algumas outras questões que a gente verificou que há muita diferença. E que com certeza aonde a
230 gente fez contato e vamos estreitar com certeza o contato com o Conselho, no sentido de que hoje a gente

231 está defendendo, na Amazônia, e já está em fase embrionária, uma grande associação de conselheiros
232 municipais e estaduais da Amazônia de meio ambiente, de conselheiros e ex-conselheiros. Não se pode
233 perder a capacidade de conhecimento que as pessoas que participam de conhecimento e de vivência tem
234 naquilo que precisa ser constituído ainda no País na área. E eu convido o Rio Grande do Sul a somar com
235 a gente para frente, no sentido de se construir uma instituição nacional de conselheiros e ex-conselheiros
236 estaduais de meio ambiente. Era isso que eu queria agradecer. Agradecer novamente o Dr. Francisco.
237 Muito obrigado e uma boa reunião a todos nós. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
238 Bom, de imediato convido o Artur Lemos Júnior para fazer a relatoria do Processo nº 13808056704-9,
239 Auto de Infração 372. **5. Recurso Administrativo.** Quem é interessado é Tuto Transporte Ltda. **Sr. Artur**
240 **Lemos Júnior:** Comitiva do Amapá, Dra. Annelise, Deputado Marquinho, Sr. Secretário Adjunto Dr.
241 Francisco, Senhoras e Senhores Conselheiros, senhoras e senhores. Processo 13808, o Relator é Rogério
242 Tomás Costa, coube a mim, então, relatar aos Senhores em face da Empresa Tuto Transportes que opera
243 uma unidade de armazenamento de resíduos industriais sem licenciamento ambiental e não atendeu a
244 decisão administrativa nº 13387/2003. Em face disso, aplicou-se uma penalidade de multa de R\$ 6 mil e a
245 empresa foi advertida para que regularizasse a sua situação, o qual não fez e então incidiu também agora
246 uma penalidade de R\$ 12 mil. No que tange ao recebimento do recurso devido a sua tempestividade,
247 então, optou-se por receber o recurso de agravo, eis que tempestivo, porém não conhecê-lo, tendo em vista
248 a inexistência dos pressupostos legais constantes no art. 1º da Resolução 028/2008 do CONSEMA. Então,
249 procedente ao auto de infração, tendo em vista que o mesmo atende às exigências legais do art. 7º da
250 Resolução CONSEMA 6/99. Incidência a penalidade de multa simples e outras penalidades aplicadas face
251 à transgressão da legislação ambiental. Vou fazer apenas uma última leitura, que são os 3 incisos do art.
252 1º: *quer tenham omitido o ponto ou a vírgula n defesa, como não ocorreu, tenha conferido a legislação*
253 *vigente, interpretação diversa daquela sustentada pelo CONSEMA e apresente orientação diversa*
254 *daquela manifestada em julgamento realizado pelo órgão ambiental em caso semelhante também, o que*
255 *não ocorreu.* Então, esse é o relatório, é o parecer. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
256 Entra em regime de discussão ou pedido de esclarecimento ao Relator a respeito do recurso administrativo
257 ora apresentado. Algum pedido de esclarecimento? Alguma manifestação a favor ou contra o relatório?
258 Então, ingressa em regime de votação. Quem é a favor de acolher nos exatos termos apresentados que
259 reconhece o preenchimento dos pressupostos, mas porém não conhece do recurso? Quem é favorável
260 levante o cartão de votação. **(21 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma**
261 **abstenção.) Aprovado.** **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado, Artur. **3.**
262 **Qualificação de Municípios.** **Sr. Tiago Castagnetti:** Próximo item da pauta, Qualificação de
263 Municípios. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Em homenagem à presença do
264 Deputado Marquinho Lang, nós vamos fazer o primeiro, já que não é a questão da Ordem do Dia, está
265 mantida que é a qualificação dos municípios, nós faremos a apresentação. Vou pedir para o Pieper já se
266 aproximar, fazer a apresentação com relação ao Município de Tabaí, Processo 003877050006-1. Antes,
267 porém, eu consigno a presença de Delmira Carvalho, de Cachoeirinha, assessora jurídica; Clécio Chaves
268 de Cachoeirinha, geólogo; Patrícia dos reis, Tabaí, bióloga; Enidio Pereira, Tabaí, Sr. Vice-Prefeito;
269 Martin Chistmann, Tabaí, fiscal da vigilância sanitária; Maurício Hugentabler, Taquara, Vereador; Maria
270 Tedesco, Taquara, Secretária do Meio Ambiente; Dione Gellinger, Taquara, Secretaria do Meio Ambiente;
271 David Ferreira, Cachoeirinha, da Secretaria de Meio ambiente; Cláudio Munhos, de Lavras do Sul,
272 Secretário de Planejamento – seja bem-vindo já que foi objeto de grande discussão na sessão passada -;
273 Paulo César Santos, Sr. Vice-Prefeito de Lavras do Sul; Jorge Cobra, do Município de Feliz, Albano José
274 Kunrath, do Município de Feliz, Senhor Vice-Prefeito; César Assmann, Senhor Prefeito de Feliz; que já
275 constava e já foi devidamente apresentado, Deputado Marquinho Lang. Depois dos debates nós temos
276 usado a seguinte sistemática: é relatado o município é feita a discussão, são feitos pedidos de
277 esclarecimentos. Oportuniza-se aqui ao representante do município que tenha 2 minutos para justificar
278 perante o Conselho por que do interesse do município em se qualificar ao licenciamento ambiental, depois
279 entra em regime de votação. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, dos trabalhos, Sr. Deputado
280 Marquinho Lang, delegação do Amapá, demais integrantes da Mesa, Conselheiros, visitantes. Eu faço
281 sempre um relato, um resumo do relatório e apresento o parecer aprovado na Câmara Técnica de Gestão
282 Compartilhada, parecer esse sempre iniciado e baseado no Relatório da Comissão de Municipalização, em
283 uma etapa anterior a essa, deliberação na Câmara Técnica. O Município de Tabaí teve uma análise um
284 pouco mais diferenciada porque teve uma reprovação em torno de agosto do ano passado e, por isso,
285 retornou, complementou. Isso é muito comum na fase anterior, da Comissão exigir complementações.
286 Nesse caso foram complementações mais específicas a respeito do Pólo Petroquímico de Triunfo, de
287 relativa curta distância do Município de Tabaí e cuja influência era tida como fundamental no plano

288 ambiental do município. Posteriormente, a pesquisa do município prosseguiu e, na verdade, a incidência,
289 os efeitos diretos do Pólo Petroquímico foram vistos como não tão relevantes assim. Há, inclusive, uma
290 obrigação do pólo petroquímico de fornecer um relatório que consta agora no processo de total
291 conhecimento do município e que, na verdade, não contempla especificamente o Município de Tabaí. Eu
292 vou dar , então, as características gerais apenas para instrução e maior liberdade e conhecimento dos
293 integrantes, dos membros, dos Conselheiros a respeito de poder assimilar a exigência desses municípios.
294 Nós inovamos, colocamos a localização - que eu normalmente sempre tento passar aos Conselheiros que
295 não conhecem – e agora está localizado no mapa. Área bem central do Estado, não chega a integrar a
296 Região Metropolitana de Porto Alegre. São 4 mil habitantes aproximadamente e menos de 100 km² e a
297 bacia hidrográfica é a do Taquari-Antas. A estrutura do município é uma Secretaria Municipal de Saúde e
298 Meio Ambiente, sendo uma bióloga a responsável pelo licenciamento ambiental, um fiscal ambiental do
299 quadro e uma equipe multidisciplinar de origens diversas em outras secretarias listada logo abaixo, sendo
300 mais uma bióloga, um engenheiro agrônomo, médico, veterinário, também o fiscal de vigilância sanitária,
301 que está presente, e mais um chefe de setor que acumula a função de fiscal. A pedido do Conselho nós
302 estamos tendo a noção da composição do Conselho Municipal que é o equivalente, no caso de Tabaí
303 integrado pelo próprio Departamento de Meio Ambiente e mais 3 secretarias municipais e, do lado da
304 sociedade civil o clube, uma entidade associativa, outra entidade associativa das comunidades, a
305 EMATER e a associação de agricultores do município. A base econômica são plantios diversos. Mas um
306 destaque para acácia negra e, também, a pecuária de leite e corte. Tabaí, eu considero que tem uma
307 atividade bastante diferenciada, mas com o destaque realmente na agricultura para acácia negra. Os
308 principais problemas ambientais são oriundos da leitura e análise do plano ambiental são a falta de
309 saneamento básico, a poluição decorrente do intenso trânsito de veículos, algum desmatamento em áreas
310 de preservação permanente e o pólo petroquímico, como já falei, de uma influência que foi diminuída,
311 minimizada, na verdade, nessa segunda análise na Câmara Técnica. Sempre se analisa na Câmara Técnica
312 com relação aos programas e projetos que são propostos no plano ambiental, aprovados pelo conselho
313 municipal para enfrentar aqueles problemas listados. No caso de Tabaí, consta um programa de educação
314 ambiental para separação de lixo doméstico; projeto de reposição de árvores nativas e recuperação de
315 nascentes; projeto de gestão de lixo especial, do resíduo especial; um projeto de qualidade do ar, poluição
316 sonora e visual, na verdade, eles têm bastante a ver com aquela questão do trânsito de veículos,
317 especialmente de carga; projeto de melhoria da fauna e flora e de melhoria das condições do solo,
318 melhoria das condições hídricas, abastecimento de água potável e de recuperação de áreas degradadas.
319 Isso foi, no entanto, agrupado em uma segunda apresentação porque em função desse retorno do processo
320 à Comissão e, por conta disso, ao município, foi um tanto adequado e agrupado para uma melhor
321 apresentação, até para poder melhor cobrar essas metas dos planos ambientais. Esse, então, é o relatório e
322 o parecer sobre o Município de Tabaí, destacando mais uma vez que já houve, nesse caso, uma incidência
323 do CONSEMA em solicitar o aprimoramento. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
324 Obrigado, Pieper. Em regime de discussão ou pedidos de esclarecimentos. Eu não sei se a Conselheira
325 Lisiane, da Mira-Serra, que eu acho que eu acho que foi o voto divergente, gostaria de se manifestar?
326 Penso que sim. **Sra. Lisiane Becker:** O que eu gostaria de colocar em relação à Tabaí, que foi bastante
327 discutido na ocasião da Câmara Técnica, e deixar colocado que a bióloga do município me procurou via
328 internet, inclusive, para uma tentativa de mostrar realmente que eles estão tentando colocar toda a fauna
329 em dia e tudo mais. É um fato inédito um município procurar até uma ONG ambientalista para conseguir
330 subsídios para poder ampliar o seu plano ambiental. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
331 Obrigado. Isso indica que será favorável no Plenário, Conselheira. Mais alguma manifestação?
332 Conselheiro da SEINFRA, Edmundo. **Sr. Edmundo Fernandes da Silva:** Boa-tarde a todos. Eu
333 proponho ao Presidente, até porque estão aí os meus amigos de Tabaí, eu me considero morador de Tabaí,
334 logo à noite dirijo-me para lá e volto sempre aos domingos à noite. Eu só chamo atenção dos meus
335 conterrâneos de Tabaí, vamos dizer assim, que melhorem mais a coleta do lixo, melhorem mais os
336 cuidados com as carvoeiras, que são intensas em Tabaí. E, agora, quando alguém chegar lá para pedir uma
337 licença, como nesses dias ocorreu com a minha esposa, Procuradora Federal, foi lá, pediu, chegou e o
338 município mandou para a FEPAM. Então, eu, em conversa com o Pieper, disse: *Pieper, vamos agilizar. Se*
339 *está tudo bem vamos dar o licenciamento para Tabaí para facilitar, então, a vida de todos.* Isso eu peço
340 como Conselheiro e vocês vejam bem, para um Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
341 para o ser humano as atitudes pró-ativas de vocês. Obrigado. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
342 **Simões Pires):** Algum pedido de esclarecimento? Alguma manifestação dos Senhores Conselheiros? Eu
343 convido o Sr. Vice-Prefeito Enidio Pereira do Município de Tabaí para fazer a sua justificativa perante o
344 Plenário em dois minutos dos motivos que o levam o município a buscar qualificação. Por gentileza. **Sr.**

345 **Enidio Pereira:** Muito boa-tarde a todos. É uma satisfação participar aqui, um grande abraço ao nosso
346 amigo Edmundo e do Deputado Marquinhos. Agente, com relação ao que o Dr. Francisco nos colocou, o
347 nosso município, com relação a esses pequenos detalhes, já estão sendo, Edmundo, resolvidos. Já está
348 sendo negociada a questão da coleta de lixo mais vezes. A questão que foi comentada na última reunião
349 está sendo solucionada já e, também, não é o caso. Eu acho que para nós a importância, como o Edmundo
350 falou, para agilizar os processos de licenciamento, essa que é uma das maiores importâncias do
351 licenciamento ambiental a ser realizada. Então, a gente com certeza não está querendo uma coisa para
352 facilitar, mas, sim, para que as coisas fluam, ocorram realmente bem. A gente não está querendo isso para
353 se ver livre da FEPAM, não; muito pelo contrário, a gente quer que as coisas andem bem. Então, é isso. A
354 questão das carvoarias, entre outros problemas, com certeza já existem idéia e planos para resolver esses
355 problemas também. Obrigado. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado. Antes da
356 votação convido a Dra. Ana Maria Moreira Marchesan a sentar conosco aqui à Mesa, colega de Ministério
357 Público. Encerrada a discussão. Quem é favorável à qualificação do licenciamento das atividades de
358 impacto local no Município de Tabai manifeste o cartão de votação. *(19 Conselheiros a favor, nenhum*
359 *Conselheiro contrário; duas abstenções.) Aprovado.* **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões**
360 **Pires):** Parabéns ao Município de Tabai! (Palmas). Pieper, em seguimento, o Município de Lavras do Sul
361 volta à pauta. Vai ser feita a leitura da manifestação da Organização Não-Governamental Ingá com relação
362 ao processo de licenciamento das atividades de impacto local de Lavras do Sul. **Sr. Tiago Castagnetti:** O
363 parecer do Ingá data de 14 de maio de 2009. Eu vou me permitir fazer a leitura e os Senhores *podem*
364 *acompanhar pelo data show.* “*Ao Conselho estadual do Meio Ambiente, Eminentes Srs. Conselheiros.*
365 *Venho por meio desta apresentar um breve parecer sobre a habilitação para licenciamento ambiental de*
366 *impacto local para o município de Lavras do Sul. Após a leitura do processo e considerando o tempo*
367 *exíguo para maiores detalhes, encaminho minhas observações como forma de recomendações a fim de*
368 *contribuir para o aperfeiçoamento de itens que deveriam ser melhorados, sendo meu parecer pelo*
369 *deferimento do mesmo. Um dos itens que me levou a pedir vistas foi que as áreas de mineração deveriam*
370 *ter projetos de recuperação. Entretanto, as áreas foram mineradas, em sua quase totalidade, há mais de*
371 *meio século, como contam nas informações que se denota do processo, sendo também discutível a*
372 *responsabilidade para a recuperação ser de âmbito municipal. Apresento, a seguir, algumas*
373 *considerações suplementares e sugestões. O zoneamento apresentado não tem a consistência técnica*
374 *desejada, sugerindo-se um trabalho com apoio do Estado. O zoneamento não considera o potencial da*
375 *biodiversidade e afirma que áreas têm potencial para a incorporação de silvicultura em plena área do*
376 *Pampa, erroneamente incluídas no plano ambiental como florestamento, no mesmo nível de arborização.*
377 *Os campos do bioma Pampa são considerados mundialmente como um dos ecossistemas mais ameaçados.*
378 *Desta maneira, colocar o potencial de silvicultura no município sem uma análise que leve em conta a*
379 *questão das espécies ameaçadas que constam no Zoneamento da Silvicultura é um equívoco que se*
380 *sugere. Da mesma forma, o potencial para barragens de irrigação não faz menção da perda relacionada*
381 *à Barragem do arroio Jaguari. Com área prevista para o alagamento de 2.752 hectares, para irrigar 17*
382 *mil hectares de orizicultura, fruticultura, silvicultura, pastagens cultivadas, etc. Da imensa área a ser*
383 *alagada temos o impacto de perda de 766 hectares de florestas nativas, com densidades de mais de 1577*
384 *árvores com diâmetro de mais de 5 cm por hectare. Seriam 1.207.982 árvores suprimidas, segundo o EIA*
385 *RIMA da Beck de Souza. Esta obra de irrigação seria utilizada até para silvicultura. Então fica flagrante*
386 *a contradição, não de responsabilidade da prefeitura, de se derrubar 1,2 milhão de árvores nativas,*
387 *muitas ameaçadas, para irrigar monoculturas com árvores exóticas. Seriam 141.675 m³ de*
388 *madeira/lenha. Quanto à biodiversidade e os planos ambientais, é triste um município da dimensão de*
389 *Lavras não dispor de unidades de conservação. Talvez um plano, inclusive para compensar enormes*
390 *plantios maciços de árvores para celulose na região poderia ser a criação de uma unidade de*
391 *conservação de âmbito estadual. No que se refere à caça, principalmente de cervídeos ameaçados, não*
392 *pode-se conceber que os mesmos sejam considerados nocivos aos plantios, em especial de soja, e não se*
393 *dar destaque a nenhum plano de prevenção e coibição da caça dos mesmos. Consideramos que a Emater*
394 *local apresentou projetos interessantes em relação à Educação Ambiental e que deveria ter um papel*
395 *mais destacado no Plano Ambiental. Sugere-se planos ambientais que incluam o e incremento de*
396 *pastagens nativas, com técnicas da Emater, Fepagro, setor da Farsul ligado à pecuária de campos*
397 *nativos e universidades. Sugere-se a incorporação do plantio de frutíferas nativas alimentícias da região,*
398 *ultrapassando meia centena de espécies, dando-se maior destaque aquelas que são já utilizadas em outros*
399 *países, como no caso da goiabeira-feijoa, chamada internacionalmente como “pineapple-guava”,*
400 *cerejeira do mato, chamada internacionalmente como “cherry-of-Rio-Grande”; de araçá, levada para os*
401 *EUA desde 1880, e lá conhecida como “Strawberry guava”; e butiá, mundialmente conhecida como*

402 “jelly palm”. No que se refere à contratação, via concurso, de uma bióloga pela prefeitura para o
403 licenciamento ambiental considera-se este item imprescindível dada a enorme área do município e a sua
404 riqueza de flora e fauna. Paulo Brack, Conselheiro pelo Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais. É esse o
405 parecer, lembrando que corresponde ao pedido de vista feito pelo Ingá com relação ao município de
406 qualificação de Lavras do Sul. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado. Uma vez
407 que volta com essa manifestação, eu concedo a palavra para o Pieper, que é o Relator, para complementar
408 o esclarecimento, que já havia sido relatado na sessão anterior e completar os esclarecimentos. **Sr. Niro**
409 **Afonso Pieper:** Não chegou a ser feita a apresentação de Lavras, então, podemos fazer. **Sr. Presidente**
410 **(Francisco da Rocha Simões Pires):** Não. A apresentação de Lavras foi feita. Eu não sei qual foi o
411 Conselheiro que se manifestou. Foi feita a apresentação, foram feitas as críticas, inclusive aos mapas do
412 Exército, foram até desfraldados os mapas, houve intenso debate e nós chegamos à conclusão de que não
413 estava em um momento apropriado, qualificado o pedido para ser apreciado. Mas eu penso que de um
414 modo sumário, até se houve a substituição de algum dos membros que tem assento no Conselho, uma
415 sumária, rápida apresentação para nós fazermos um enfrentamento e seguirmos a pauta. **Sr. Valtemir**
416 **Goldmeier:** Questão de Ordem. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Pois não, Valtemir.
417 Valtemir da FAMURS suscita uma questão de ordem que tem precedência absoluta. **Sr. Valtemir**
418 **Goldmeier:** Eu entendo, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, que antes da apresentação do município nós
419 devemos apreciar o parecer feito e aprovar o acolhimento do parecer ou não para que daí a gente dê
420 continuidade aos trabalhos, até porque o parecer recomenda que se vote favoravelmente à
421 municipalização. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Não é objeto de deliberação o
422 parecerista e/ou o conteúdo do parecer lançado porque ele deve vir sobre questão de emenda. Como ele já
423 foi debatido e apresentado, certamente ele serve como argumento para deliberação. Então não há previsão
424 regimental para aprovação ou rejeição do parecer. Ele vai contribuir para o debate ou poderia ter sido feito
425 oralmente pelo Conselheiro do Ingá se ele estivesse aqui presente. Então, eu afasto essa questão de ordem
426 suscitada pelo Conselheiro Valtemir e restituo a palavra ao Pieper para fazer uma apresentação sumária,
427 nós entraremos no plano dos esclarecimentos e depois votação. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente,
428 na verdade a exposição teve bastante do esclarecimento, especialmente em relação aos mapas que também
429 foram objeto da manifestação do Conselheiro Paulo Brack. Ademais, nós falamos sobre a extensão
430 territorial de Lavras, a questão da mineração, a constituição do Conselho e outros detalhes os Senhores
431 receberam no parecer e está bem explícito. Eu até vou utilizar as sugestões do Conselheiro Paulo Brack,
432 porque, na verdade, é bastante genérico, inclusive nem é tão pontual em relação ao Município de Lavras e
433 acredito que não devemos perder muito tempo na discussão do parecer até porque ele vem em favor do
434 parecer já do Relator do processo, na mesma direção. Eu até vou ler o e.mail encaminhado à Secretaria
435 Executiva quando foi encaminhado o parecer onde coloca que as dúvidas. **Sr. Presidente (Francisco da**
436 **Rocha Simões Pires):** Só uma colocação. Vamos oportunizar após o debate, porque se era comunicação
437 tinha que ser lido em Comunicações Gerais. Mas não tem problema, vamos lá. Pode fazer a leitura. **Sr.**
438 **Niro Afonso Pieper:** Na verdade, ele deixou claro, tanto no parecer quanto no encaminhamento que as
439 dúvidas que ele detinha foram em grande parte sanadas e as recomendações que já foram apresentadas na
440 Câmara Técnica, aí sim, sobre isso, eu vou reforçar. Na verdade, esse era um processo em que tinha um
441 grande número de pendências elencadas que deveriam ser resolvidas ao longo do tempo e isso o que pediu
442 vista foi também foi também reforçando, mas favorável à aprovação com essa condição. Como essa era
443 uma condição que nós sempre colocamos aqui, na verdade, o parecer é aprovado com as pendências, elas,
444 inclusive, até fazem parte da apresentação audiovisual. Eu vou voltar nessas pendências, que, na verdade,
445 nós desde o parecer da Comissão já falávamos sobre a precariedade da base dos mapas. Isso foi levado em
446 consideração, eu me lembro do dia da exposição aqui, devido à grande extensão territorial e até a uma
447 certa homogeneidade no aspecto ambiental e de cartografia do município. Então, na verdade, nos ativemos
448 naquele dia muito mais à questão da degradação por mineração, o que, de fato, não é uma
449 responsabilidade do município. Aqui foi colocado no Relatório da Câmara Técnica como uma das
450 ressalvas a inexistência de programa de recuperação de área degradada de mineração, esclarecer que, na
451 verdade, não é o programa onde o município faça a recuperação, mas um programa de enfrentamento
452 deste problema da degradação e um planejamento de como enfrentar isso juntamente com o Estado
453 porque, certamente, algumas devem ter sido origem em obras de porte e não exatamente de impacto local.
454 Então, na verdade, é um programa, eu diria até um cronograma de recuperação dessas áreas degradadas. E
455 as outras pendências, apenas para retornar a esse assunto, é a questão de um distrito do abastecimento de
456 água, que até já tem um projeto, mas que hoje não está atendido, digamos no patamar ideal. Alguma
457 desconexão, mas muito pontual em relação aos programas e aos problemas diagnosticados. Na verdade, o
458 plano ambiental tem vários anexos, nós falamos sobre isso na reunião anterior, programas da EMATER,

até foi citado aqui pelo Relatório do Paulo Brack e programa de proteção do plano de proteção de fauna silvestre que inexistia e o lançamento no plano ambiental de ações já feitas, ou seja, então, há uma pequena desconexão do planejamento em paralelo ao plano ambiental, com programas bastante consistentes e que por serem anexos do plano ambiental passam a integrá-lo. Então, apenas reforçando sobre essas pendências, dando destaque às pendências. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado. Em regime de discussão e encaminhamentos. Se não há Conselheiro para discutir eu convido o Cláudio Munhos, Secretário do Planejamento. Tenha a bondade. Dois minutos para justificar e manifestar perante o Conselho. **Sr. Cláudio Munhos:** Vou tentar ser breve. A nossa justificativa para formarmos a nossa Secretaria do Meio Ambiente é facilitar o licenciamento das atividades de impacto local, já que nós nos encontramos, lá na nossa região, completamente ilhados. O mais próximo é Bagé, fica há 80 km. E 85% da nossa atividade se deve à agropecuária, então, nós temos necessidade de alguns licenciamentos. Aproveitando meus 2 minutos, três esclarecimentos que foram citados: silvicultura, falaram em grande área que seria utilizada. Serão 5 mil hectares sobre 250 mil hectares que nós temos, portanto, meio por cento. Falaram em caça de cervídeos; não é verdade. Eu falei que alguns cervídeos já foram atropelados na estrada. Nós temos caça de roedores, de capivara. Terceiro: as barragens que estão sendo esse grande problema, é problema do Estado, não é nosso. Muito obrigado pela atenção de todos. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Está bem. Obrigado. Engenheiro Leonel Menezes, engenheiro florestal, Conselheiro, Representante dos Amigos da floresta. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Só para reforçar o que disse o Prefeito. Eu não fiz esse número de cabeça para ver quanto dava, é meio por cento da área do município. Então, eu vejo assim: um dos pontos de grande consistência no parecer feito pelo Prof. Paulo Brack, mas eu vejo uma inconsistência quando colocam uma posição até, de certa forma, política com relação à posição do Ingá com a suinocultura. Eu acho que a suinocultura tem um grande papel na região e deve, inclusive, ajudar a recuperar as áreas degradadas pela mineração. Então, eu discordo terminantemente da posição do Ingá quanto a isso e vejo que o Município de Lavras do Sul pode, sim, ter nas atividades de suinocultura mais uma fonte de renda. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado Conselheiro Leonel. Em discussão ainda. Se não há quem discuta, quem é favorável à aprovação da qualificação do Município de Lavras do Sul para o licenciamento das atividades de impacto local manifeste-se com o cartão de votação. *(19 Conselheiros a favor, 2 Conselheiros contrários; nenhuma abstenção.)* **Aprovado.** **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Próximo município, o Município de Feliz. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O Município de Feliz, apenas para constar, é dos intermediários em termos de população daqueles que analisaremos hoje, maior que Tabai e, certamente, bem menor do que Cachoeirinha e Taquara. Destacada também a população, já que fala da população, de 7 mil, 8 mil, na zona urbana, é 3.300 na zona rural. O Prefeito esteve presente também na aprovação na Câmara Técnica, fez várias exposições sobre os trabalhos que estão sendo realizados, inclusive sobre o convencimento, no município, de que o plano ambiental será um coordenador da atividade do município, pelo zoneamento estabelecido e por a sede urbana ser premiada por outros limites municipais ou pela influência do rio que atravessa muito próximo da sede e por isso, será um instrumento da gestão territorial do município a partir de agora e que, também para isso, vai contribuir o licenciamento municipal. A bacia hidrográfica é a do Caí e a área territorial, a exemplo de Tabai, é em torno de 100 Km². A estrutura voltada ao meio ambiente é a Secretaria Geral de Gestão Pública, onde tem vinculado um departamento do meio ambiente. O responsável pelo licenciamento é o Jorge Zapata Cabrera que está fotografando, registrando os compromissos do município. O fiscal ambiental é Fernando Manhe, do quadro, e a equipe multidisciplinar é a empresa com o nome RGA Consultoria de Investimentos, que dispõe de engenheiro agrônomo, geólogo, engenheiro químico e biólogo, no caso do contrato de assessoria. Também, a composição do Conselho: são apenas 6 entidades, 3 são secretarias municipais e, além disso, a Associação Comercial Industrial, o Círculo de Máquinas e Ajuda Mútua em que a Secretaria, a Comissão, inclusive, solicitou o estatuto para inteirar-se e garantir que há uma entidade sem fins lucrativos. E assim foi feito e comprovado que é, sim, uma entidade com personalidade jurídica, mas sem fins lucrativos. E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A base econômica no setor primário: hortigranjeiros, avicultura e suinocultura. Está dentro daquele perímetro mais próximo de Porto Alegre de criação de animais confinados e, também, um destaque para a indústria metal-mecânica, calçadista e moveleira, não mais de cerveja, não é, Vice-Prefeito, não mais temos lá uma fábrica de cerveja. Os principais problemas ambientais são a degradação dos recursos hídricos, causando o assoreamento, a contaminação por influência e o desmatamento que é, inclusive, um fator que privilegia a degradação, permite a degradação e a erosão próxima aos cursos d'água que causa o assoreamento. Também, um dos problemas diagnosticados é a aplicação de agrotóxicos em excesso, a extração de argila e areia, destaque para a extração de argila, pois lá tem fabricação de cerâmicas, especialmente de tijolos,

516 várias jazidas, locais, lavras de extração de argila. Um dos problemas também é o aterro sanitário, a falta
517 de um aterro sanitário adequado e, também, a ausência ou a insuficiência do sistema de tratamento
518 sanitário. Programas e projetos para enfrentar essa questão são os que estão elencados na lâmina. Eu vou
519 me permitir a lê-los para que fique bem claro o compromisso do município e, também, fique tranquilo
520 para os Conselheiros tomarem a decisão sobre a votação: é um projeto de gerenciamento dos resíduos
521 sólidos, uma coleta seletiva, um projeto de arborização urbana, um de saneamento básico, projeto para
522 controlar a emissão de influentes industriais e domésticos, projeto de controle dos assoreamentos, projeto
523 para monitorar - teria que ver exatamente a descrição do que se trata, mais uma vez, como já fizemos essa
524 análise - e projeto para licenciar e fiscalizar a extração de seixos dos rios, programa para regularizar
525 loteamentos irregulares, programa de recuperação da mata ciliar, programa de gerenciamento dos resíduos
526 granjeiros e programa de conscientização e controle da disposição final adequada ou para a disposição
527 final adequada das embalagens vazias de agrotóxicos. Esse processo foi aprovado, por maioria, na Câmara
528 Técnica. Esse é o Relatório e o Parecer, Presidente. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
529 Obrigado. Conselheira Lisiane pede a palavra e entra em regime de discussão. **Sra. Lisiane Becker:**
530 Primeiramente, faltou entregar o livro para o Município de Tabai. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
531 **Simões Pires):** Entrega para Tabai, para o Vice-Prefeito. **Sra. Lisiane Becker:** Nesse Município de Feliz
532 foi também bastante discutido, foi na mesma reunião da Câmara Técnica. Chamaram-me a atenção
533 algumas coisas que eu não vi se foram ou não solucionadas. A primeira coisa que mais me chamou a
534 atenção é que o licenciamento ambiental é assinado por um cargo de confiança, enquanto que nós temos,
535 na Resolução 04, que é a designação do profissional que realizará o licenciamento deve recair sobre
536 servidor do município. Então, eu não vejo isso como apropriado, sinto muito, mas para fazer o
537 licenciamento eu acho que tem que ser um servidor concursado. Isso é o que mais me chamou a atenção
538 porque o município já não é tão pequeno, tem 11 mil habitantes. A outra questão recai sobre o Conselho
539 Municipal de Meio Ambiente que tem apenas 6 representantes, sendo que da sociedade civil nós temos o
540 Círculo de Máquinas e Ajuda Mútua, o pessoal de Feliz tentou explicar, colocou uma posição de trazê-los
541 para o outro lado, mas não posso concordar que a sociedade civil seja representada por um Círculo de
542 Máquinas e Equipamentos mesmo que tenha boa vontade, não representa a sociedade civil do município.
543 Além disso, também tem alguns problemas com a flora onde são listadas espécies ameaçadas de extinção
544 na região e não consta como floresta ambrófila mista e araucária dos ameaçados de extinção. Então, se a
545 araucária, que é uma árvore bem famosa, que todo mundo sabe que está ameaçada de extinção não está na
546 lista eu fico pensando no que mais não está na lista. E Feliz, eu tenho ido várias vezes por ocasião do
547 Comitê de Bacias do Caí, então eu tenho alguns conhecimento *in loco* também de como é o município, e
548 ele realmente - a gente comentou isso na Câmara Técnica - tem bem menos cobertura florestal nativa do
549 que o mapa apresentava. Concluindo isso, o principal problema que eu vejo é realmente o cargo em
550 comissão e não de servidor para fazer licenciamento ambiental que nós, até quem trabalha com município,
551 e ONG ambientalista também trabalha em município, a gente sabe a pressão que se recebe para aprovar
552 certas coisas ou, quando a gente não aprova, as consequências que se têm. Então, em municípios pequenos
553 isso é bem mais conspícuo. Eu fico pensando como é que o cargo de confiança vai poder fazer o seu
554 trabalho independente. Deveria ser reunido o servidor até mesmo porque o nosso livrinho aqui assim o diz
555 e a questão da fauna e da flora. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado.
556 Mais alguma manifestação de algum dos Srs. Conselheiros? Eu já convidaria o Sr. Prefeito, César
557 Assmann. A Conselheira Lisiane vai, certamente, prestar uma homenagem ao município que está dentro
558 do bioma da Mata Atlântica, como tradicionalmente ela tem feito nas sessões do Conselho. **Sra. Lisiane**
559 **Becker:** O município está dentro do Bioma Mata Atlântica, para nós muito importante, nós pertencemos à
560 rede de Mata Atlântica também, que fica em 7 estados do país. E Feliz, realmente, eu quero que seja mais
561 feliz, tanto quanto alto Feliz, mais alto Feliz e esperamos que esse livro possa contribuir na gestão do seu
562 município. Não é realmente uma homenagem, é mais um auxílio. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
563 **Simões Pires):** Muito obrigado. Pieper, responde depois, em 2 minutos, rapidamente, por favor. O Sr.
564 Prefeito terá 2 min para sustentar a qualificação do município. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O assunto não é
565 novo, Presidente, a respeito do licenciador integrar s quadros, até porque a resolução que está valendo não
566 é a 04, e sim a 167/2007, onde consta claramente no parágrafo 2º do art. 1º que: “os responsáveis pelo
567 licenciamento e pela fiscalização deverão integrar os quadros”. Um cargo em comissão integra o quadro
568 dos cargos em comissão, portanto atende à resolução, por isso foi aprovado na Comissão, foi aprovado na
569 Câmara Técnica e eu acredito que o prefeito, inclusive, vai fazer novamente a justificativa – eu vou deixar
570 para ele – de que essa situação, inclusive, será corrigida em breve. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
571 **Simões Pires):** Palavra para o Sr. Prefeito, César Assmann. **Sr. César Assmann:** Muito boa-tarde. Quero
572 saudar o Presidente Francisco e, em nome dele, saudar todos os Conselheiros, todos os membros aqui da

573 Mesa e dizer e está sendo um dia muito importante para Feliz, poder estar aqui, neste momento,
574 aguardando a aprovação dos Senhores Conselheiros para a municipalização do meio ambiente. Quero
575 dizer que nós, prefeitos, somos os primeiros responsáveis a aplicar as políticas públicas lá no município.
576 Tudo se desenvolve nas esferas superiores, mas onde efetivamente elas são aplicadas é no município. Nós
577 já temos essa decisão política tomada, pelo menos nos últimos 4 anos, estamos trabalhando para chegar
578 neste dia de hoje, para conseguir a nossa municipalização, diferentemente de alguns outros municípios que
579 querem facilitar. Feliz não quer facilitar. Feliz quer agilizar os processos e, com isso, evitar que o meio
580 ambiente seja agredido. Quero dizer também que eu quando assumi a Prefeitura de Feliz tive lá o
581 momento de fazer o juramento, de cumprir e fazer cumprir as leis. E aqui eu quero aproveitar uma frase
582 que está aqui no quadro: quero agregar a esse meu juramento a conservação da natureza e proteger, com
583 isso, a vida dos felizenses. Muito obrigado. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito
584 obrigado, Sr. Prefeito. (Palmas). Em regime de votação. Quem é favorável à qualificação do Município de
585 Feliz para as atividades de impacto local manifeste-se com o cartão de votação. **(20 Conselheiros a favor,**
586 **2 Conselheiros contrários; uma abstenção.) Aprovado.** (Palmas). **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
587 **Simões Pires):** Parabéns ao município, pela administração que teve coragem para fazer. Pieper, Município
588 de Taquara. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Mais um município de porte, o que certamente vai incidir na
589 estatística que apresentei na reunião passada, tendo em vista que hoje também temos o processo de
590 Cachoeirinha na pauta. O Município de Taquara é integrante da Região Metropolitana, com a população
591 de mais de 60 mil habitantes. Uma área territorial um pouquinho maior, de 457K km². A bacia
592 hidrográfica: o Município de Taquara está integralmente na Bacia do Rio dos Sinos. A estrutura voltada ao
593 meio ambiente é a secretaria municipal pura, como nós chamamos, exclusiva de meio ambiente. Os
594 responsáveis pelo licenciamento são Heloisa Helena Luciano e Maria Alice Flec Tedesco, servidoras e
595 fiscais ambientais; Dione Maria Gelinger e Regis José Amorety Júnior, também servidores. E, mais
596 recentemente, o que impedia o processo do município de vir aqui à análise, foi tida como insuficiente
597 aquela equipe com os nomes e, na verdade, o município passou, então, a contratar ainda uma assessoria.
598 Se vocês lembrarem, Srs. Conselheiros, que no Relatório que fiz já antecipava a vinda do Município de
599 Taquara com uma pequena pendência que foi resolvida reforçando equipes. O Conselho Municipal é um
600 Conselho um pouco mais amplo, com 6 secretarias municipais, Comando Ambiental, que tem sede em
601 Taquara, a CORSAN e o Corpo de Bombeiros pelo lado dos órgãos públicos e na sociedade civil o
602 Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara da indústria e Comércio, a EMATER, a Associação de
603 Engenheiros e Arquitetos do Vale-Serra, a FACAT - Faculdade de Taquara, o Sindicato dos Empresários
604 do Comércio, o Rotay Clube, a Associação dos Exploradores e Comerciantes de Pedras Grez e a
605 Associação Taquarense de Piscicultura. É um Conselho amplo, bastante diversificado entre os diversos
606 setores, e até pelo Conselho já se tem uma idéia da base econômica. Um dos pontos altos da discussão foi,
607 justamente, a regularização de empreendimentos de mineração, pequenos empreendimentos de mineração,
608 até com atividade bastante artesanal e rudimentar, eu diria em alguns casos. No caso do Município de
609 Taquara, tem, também, na sua base econômica outras atividades. Um dos limites é o Rio dos Sinos, então
610 tem também arroz, mas também tem fruticultura. Não consta ali, mas certamente tem atividades bem
611 diversificadas na área da agricultura, tendo em vista que é também região de minifúndio. No plano
612 ambiental tem o destaque para bovinocultura de leite, inclusive existe no município uma disposição
613 voltada para essa área de bovinocultura de leite. A mineração, como já falei, a exploração do arenito, mas
614 também existe área de basalto, mas com grande destaque para a pedra grez que é abundante na região. A
615 indústria também é bastante diversificada e consta, também, como destaque, a couro, a madeira, plástico,
616 o metal, têxtil e alimentos. O município é, também, um local de confluência com rodovias, certamente tem
617 outros impactos. Tem, na verdade, dois rios que são de sua preocupação, tanto o Rio dos Sinos quanto o
618 Rio Paranhana. Os principais problemas ambientais listados no plano ambiental, destacados no parecer da
619 Comissão, aprovados na Câmara Técnica são a degradação do meio ambiente pela mineração, a
620 degradação de recursos hídricos por cultivos diversos, o esgotamento de matas ciliares e, aqui eu não falei
621 ainda, mas, na verdade, existe projeto de recuperação em locais bem pontuais. Tem projetos agindo
622 também com recursos da consulta popular que é voltado para todo o Rio dos Sinos, então, com recursos
623 estaduais. Um dos problemas, também, é a remoção de vegetação das APPs que é praticamente a mesma
624 coisa das matas ciliares, a introdução de espécies exóticas, e a principal entre essas espécies exóticas na
625 área de flora e desaparecimento de corredores ecológicos, foi fruto também de discussão na Câmara
626 Técnica, eu atestaria, com uma desenvoltura dos técnicos em saber como resolver e como, inclusive, já
627 estão implementando o plano ambiental, haja vista que o plano ambiental não teve participação, acredito
628 que apenas alguma coisa em mapeamento, mas o plano ambiental foi elaborado pela própria equipe que
629 vai executá-lo a partir de agora. Isso é um diferencial, logo se verifica também na sabatina que é realizada

630 na Câmara Técnica. Os programas e projetos estão dispostos em programa de educação ambiental com os
631 projetos que estão postos ali, um programa de gerenciamento de resíduos, também vimos, destaque para a
632 coleta seletiva, programa de melhoria da qualidade ambiental, então, incidindo sobre todos os recursos,
633 tentando a recuperação de vários recursos e um programa de saneamento que é um convênio com a
634 CORSAN, falamos na reunião da Câmara Técnica também sobre recursos do PAC Federal, que são
635 destinados para a drenagem, que é um problema na sede urbana, principalmente. As pendências são:
636 apresentação de um programa de proteção e recuperação de matas ciliares que, na verdade, consta aqui,
637 porque não constava no relatório, mas que, na verdade, tem alguma região do município onde está sendo
638 executado neste momento, e a apresentação do zoneamento ambiental com a discriminação de todas as
639 potencialidades e descrições dessa futura ocupação. Esse é o processo, Sr. Presidente, que foi aprovado
640 por unanimidade. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado. Entra em regime de
641 discussão. Por favor, a Conselheira Lisiane da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Quanto ao Município de
642 Taquara eu tenho várias coisas a falar. Primeiro: foi por unanimidade porque eu não estava no dia. Eu teria
643 muita contribuição para fazer porque Taquara fica há 7 km do limite da DNPM que nós temos no
644 município, a gente trabalha ali. Então, tenho muitas e muitas contribuições. Eu passo muito pela RS 101.
645 A gente tem um trabalho lá, a gente colocou placas no município de vocês com a ajuda do Ministério
646 Público de Gramado, da fauna atropelada. Então, nós tínhamos muita coisa para contribuir quanto às araras
647 que nós vemos bem na faixa, estão sendo vendidas. Então, teria muita coisa para contribuir, só que não foi
648 possível por uma coisa que é bem estranha, foi um lapso meu, realmente, mas no dia 30 foi mandado um
649 e.mail dizendo que haveria uma convocação para uma reunião extraordinária no dia 8, enquanto que a
650 agenda anual tem prevista uma reunião ordinária no dia 14. Então, realmente não vi que tinham adiantado
651 a reunião, só dei-me ao trabalho de ver que tinha Taquara e Cachoeirinha, dois municípios que realmente
652 fazem parte do meu trajeto. Então, eu estava praticamente ansiosa por essa reunião para poder conversar
653 com vocês. Para o meu espanto a reunião do dia 14 foi cancelada, uma reunião que viria logo depois e
654 uma extraordinária que foi antecipada, dizendo o que foi tratado na reunião anterior. Eu participei da
655 reunião anterior, depois olhei a prévia da Ata. Não consta nada sobre a aprovação de uma antecipação
656 dessa Câmara Técnica para o dia 8. Enfim, por não ter podido participar vou fazer uns breves comentários
657 aqui. Como o Projeto Monalisa não é um projeto do município, eu participei desse projeto, inclusive está
658 finalizado, agora só tem as consequências. O Projeto Monalisa é encabeçado pela Unisinos e o Comitê de
659 Gerenciamento da Bacia do Rio dos Sinos congregou todos os municípios que fazem parte da bacia, as
660 ONGs, a EMATER etc. Nós fizemos parte por São Francisco de Paula, o Rio Padilha que pega uma área
661 grande de Taquara. Dou os parabéns por terem biólogos fazendo o licenciamento ambiental. Há
662 esperanças, mas existe algumas incoerências, inconsistências, eu diria, com os fatores bióticos, porque
663 fala muito mal da vegetação de vocês que, realmente na área urbana é inexistente. Isso se reflete no
664 próprio clima de Taquara, que é um calorão quando se passa por ali. A gente vai subindo a serra, já muda
665 totalmente. É bastante contrastante a diferença climática entre uma parte e outra dentro de Taquara.
666 Pessoal, no polígono da Mata Atlântica deveria ter sido bem mais destacado porque no polígono da Mata
667 Atlântica o nosso Estado tem a sua legislação bem delimitada. Pega uma parte de Taquara e uma parte de
668 São Francisco de Paula, é uma área que é considerada APP. Então, deveria ser um pouco mais
669 desenvolvido nesse licenciamento, que é uma coisa importante, até prevista em lei, isso é tão importante.
670 Chamou-me atenção que por uma área tão importante da poligonal da Mata Atlântica - nisso eu dei uma
671 olhadinha rápida agora – nós temos aqui que há água, todos os problemas que vocês colocam aqui são
672 inerentes a toda a Bacia dos Sinos e não é. Não vamos pegar a parte de taquara achando que é tudo igual.
673 Não é. Também a parte da fauna, que também ficou muito frágil frente à importância da poligonal,
674 inclusive leão baio e puma são a mesma coisa. Tem várias inconsistências, realmente, e eu acho, na minha
675 opinião, que deveria ter sido feito um esforço maior porque Taquara é um município muito importante,
676 não só porque fica em uma área entre Porto Alegre e o Planalto, a encosta do planalto do nordeste, uma
677 área que está em grande desenvolvimento. Eu participei da audiência pública do plano diretor há alguns
678 anos atrás de vocês, então, também na época eu dei parabéns, era outra bióloga que estava lá. Eu acho que,
679 realmente, poderia ter crescido mais. Lamentavelmente ocorreu essa antecipação; eu não soube o motivo.
680 Eu, inclusive, na minha opinião, acho que é um atropelamento para caber. Não tem uma justificativa de
681 por que essa reunião da Câmara Técnica tenha sido antecipada como extraordinária e cancelada na semana
682 seguinte a ordinária. Só posso imaginar que tenha sido para aproveitar para habilitar, qualificar vocês hoje.
683 O meu voto, nesse momento, não vai poder ser favorável porque eu acho que faltou uma discussão. Eu
684 acho que, realmente, a nossa ONG faria uma diferença muito grande na discussão em Taquara, poderia ter
685 agregado muito mais valor para vocês, mas, em todo o caso, nós estaremos disponíveis como sempre
686 estivemos. Visitamos várias vezes vocês na Prefeitura e estaremos disponíveis para ajudá-los. **Sr.**

687 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado, Conselheira. Conselheiro Valtemir, da
688 FAMURS. Continua em debate. Antes do Conselheiro Valtemir a Conselheira Lisiane quer fazer a entrega
689 da publicação versando sobre a Mata Atlântica ao Município de Taquara. **Sra. Lisiane Becker:** Para
690 vocês mais do que ninguém, só São Francisco de Paula vai ter um pouco mais, porque realmente vão fazer
691 uso. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir**
692 **Goldmeier:** Srs. Conselheiros, Sr. Presidente, nossos visitantes. A Federação dos Municípios é uma das
693 entidades que desde o princípio desse programa de municipalização tem muitas vezes sido o propulsor, no
694 sentido de que esse programa jamais tenha parado. Nós estamos no quarto governo, quarta sigla partidária
695 e este programa continua, o programa de municipalização. Nós apoiamos integralmente o programa
696 primeiro porque a Constituição Federal, nos artigos 23, 24 e 30 e no próprio capítulo do meio ambiente
697 fala claramente que o município é um ente federal, primeiro ponto. Muitas vezes eu tenho que me
698 manifestar aqui, hoje eu tenho evitado de me manifestar para evitar polêmica. Às vezes a gente acaba só
699 trazendo a polêmica para cá, no sentido de achar que a gente está sendo contra tudo e contra todos, mas
700 deixar claro que, às vezes, o agente, ente municipal, é ainda um pouco desconsiderado o processo. E claro
701 isso, veja bem que às vezes se usa um termo: o município vai ser sabatinada, o município vai ser isso. A
702 gente se sente como um corredor polonês. Então, é nesse sentido que eu gostaria de colocar, que não é
703 essa a realidade. Não tenho delegação da Secretaria e muito menos do SIGA para defendê-los, mas eu
704 entendo que a antecipação deve ter ocorrido em função de alguma atividade interna do Governo que
705 provavelmente o SIGA tenha concluído que a reunião ordinária teria problema de *quorum*, tentou
706 antecipar. Foi nesse sentido, tenho absoluta certeza disso. Jamais vou acreditar e vou colocar na balança
707 de aceitar uma acusação contra o Município de Taquara no sentido de que foi antecipado para favorecer
708 alguém. Isto aqui é um Estado onde nós defendemos o meio ambiente. Todos nós somos parceiros e nós
709 somos democratas. A democracia é tão ruim que permite que a gente troque as pessoas. Então, eu gostaria
710 de dizer que não acredito, de maneira alguma, Sr. Presidente, que tenha havido isso e gostaria de público
711 defender a Secretaria, gostaria de defender o município. Entendo que eu conheço as colegas, e digo mais,
712 as colegas do Município de Taquara há mais de dois anos, praticamente em todas as capacitações que a
713 gente faz lá na FAMURS. Nós temos uma escola de gestão pública e aqueles Conselheiros que não
714 conhecem a nossa escola de gestão pública eu convido, e mais, os nossos cursos de licenciamento
715 ambiental, que a gente faz com os municípios, cursos de fiscalização. Agora nós criamos mais um curso
716 de licenciamento ambiental de flora. Eu, em nome da FAMURS, claro que não todos de uma única vez,
717 mas coloco à disposição dos nossos Conselheiros se algum Conselheiro quiser fazer o curso para ver o que
718 nós estamos informando, conversa comigo que eu consigo franquias para os nossos Conselheiros
719 participarem e verem o trabalho que a gente está fazendo. E a gente busca parcerias com todas as
720 entidades vivas que a gente tem no Estado, a começar pela Brigada Militar, o DNPM, em nível nacional, o
721 Diretório do Meio Ambiente, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal. Então, esse
722 trabalho que a gente vem fazendo, para vocês terem uma idéia, é quase um filho de todos nós lá da
723 Federação. Então, eu trabalho na Federação, eu não sou funcionário, só trabalho como consultor lá há 15
724 anos. Esse programa, no Estado do Rio Grande do Sul, começou antes da Resolução 237 do CONAMA,
725 começou em 1995. E, certamente, eu jamais admiti e nós jamais vamos admitir que haja qualquer tipo de
726 favorecimento a qualquer pessoa. Então, eu peço: se há problemas eventuais no plano e na aplicação do
727 município e agora na qualificação do Município de Taquara, eu faço um apelo para os Conselheiros
728 votarem pela qualificação e que a gente registre as pendências e o município vai ter um prazo, até porque a
729 Resolução 167 acima diz. Então, Srs. Conselheiros, peço que me desculpem o uso da palavra um pouco
730 mais alongada, mas eu tinha que registrar que a Federação é parceira disso e eu tenho certeza de que o
731 Conselho também o é, sempre foi e assim a gente gostaria que continuasse. Obrigado. **Sr. Presidente**
732 **(Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado. Em debate. Encerrado o debate. Presumo que a
733 Conselheira Lisiane queira esclarecer a expressão que usou e a resposta que recebeu. Tenha a bondade.
734 **Sra. Lisiane Becker:** Nós também somos a favor do licenciamento municipal, nunca dissemos que somos
735 contra, somos a favor. Agora, um licenciamento realmente efetivo. E lembrando que o cancelamento da
736 reunião foi feito no dia 11, três dias antes da reunião ordinária. Então, recebi a correspondência dia 30-04
737 dizendo que haveria reunião extraordinária no dia 8, sendo que depois chegou mais uma correspondência
738 do Município de Taquara e no dia 11 recebi o cancelamento do dia 14 sem nenhuma justificativa, nem
739 para a extraordinária, nem para o cancelamento da ordinária. Então, como não achei isso em ata e como eu
740 participei da reunião eu achei isso bastante estranho. Até acho justificável que se queira aproveitar o
741 tempo todo para colocar aqui. Só deixar isso bem claro: realmente eu me senti mal porque eu gostaria,
742 realmente, muito de contribuir nessa discussão, porque é um município que muito nos interessa. **Sr.**
743 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado. Só para registrar, para evitar outras

744 pendências ou celeumas. As palavras podem até não ser muito bem empregadas em determinados
745 momentos, mas o mais importante é que a cada Câmara de Gestão Compartilhada, enfim, cada um tem os
746 seu rito, as suas peculiaridades de funcionamento, mas eu faço coro que não se tem notícia da falta de
747 lisura de qualquer um dos Conselheiros, independentemente do segmento que represente nas suas
748 participações nas Câmaras Técnicas e nem no Conselho. Eu oportunizo, como democraticamente se faz, a
749 palavra para a nossa Secretária do Meio Ambiente, Maria Alice Tedesco. Por Favor, 2 minutos. Depois
750 entramos em regime de votação. **Sra. Maria Alice Tedesco:** Boa-tarde a todos aqui presentes. Meu nome
751 é Maria Alice Tedesco e eu estou aqui representando, na verdade, a Secretaria de Meio Ambiente de
752 Taquara, mas, também, em nome do Prefeito Municipal que não se encontra neste momento, até vou ler
753 onde ele se encontra: ele está, nesse momento, assinando um convênio referente ao PRONARC Abigeato
754 que visa aparelhar o Batalhão Ambiental com viaturas, barcos e motos, com referência a essa situação
755 criminal. Nós, do Município de Taquara, estamos fazendo uma caminhada, uma longa caminhada, na
756 verdade. Nós começamos em 2001 com a criação do Conselho de Meio Ambiente Municipal, chamado de
757 COMADE na nossa cidade; depois disso a gente já deu entrada, em 2006, visando a habilitação do nosso
758 município e viemos fazendo um longo trajeto em busca dessa habilitação. Em princípio, gostaria de
759 explicar a todos que o nosso município construiu seu próprio plano ambiental e ele não é um plano
760 fechado, tanto é que na Câmara Técnica nós fomos muito bem sabatinados em relação a isso. E ficaram
761 algumas pendências e agradecemos, realmente, essas nossas críticas construtivas para que nós tenhamos
762 uma melhora na capacitação ambiental do nosso município. Referente à votação anterior ou a data
763 alternativa, isso não nos diz respeito, nós também só fomos convocados, convidados, na verdade, a estar
764 presentes. Então, eu venho dizer que Taquara, vocês viram, é um município bastante populoso. A
765 administração municipal tem todo um interesse, mas o interesse, na verdade, não é questão de favorecer
766 empresários ou empreendedores. O interesse é de agilizar e de vir ao encontro ou ao anseio da população.
767 Taquara realmente tem vários problemas ambientais e problemas sociais. Um deles está ligado à área da
768 mineração, que nós temos um grande conhecimento e uma grande proximidade com todos aqueles que ali
769 trabalham. E visamos realmente um trabalho conjunto, auxiliados por vários setores gerais voltados à
770 questão ambiental, a causar uma crescente melhora. Então, em relação a isso e eu agradeço a todos aqui
771 presentes a nossa possível habilitação. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado.
772 Regime de votação. Quem é a favor da habilitação de Taquara manifeste-se com o cartão. (20
773 *Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; duas abstenções.*) **Aprovado.** (Palmas). **Sr.**
774 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Parabéns ao Município de Taquara. Próximo município
775 e o último em apreciação, o Município de Cachoeirinha. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Em relação à reunião,
776 Cachoeirinha também foi aprovado na reunião extraordinária. A SEMA não detém a Presidência dessa
777 Câmara Técnica. O representante da Secretaria adiantou a possível impossibilidade de ele ir à reunião
778 ordinária, isso durante a reunião anterior. Bom, o Município de Cachoeirinha é lindeiro com Porto Alegre,
779 então dispensa localização, é Região Metropolitana. A população é de aproximadamente 122 mil
780 habitantes, diferente de municípios pequenos que a cada nascimento podem contabilizar na unidade a sua
781 população. Isso não acontece com um município grande em população, mas pequeno em território, são 45
782 km² aproximadamente. Integra duas bacias hidrográficas: a do Rio Gravataí e a do Rio dos Sinos. A
783 estrutura voltada ao meio ambiente é uma Secretaria de Meio Ambiente. Ela existe há bem mais tempo do
784 que o processo de descentralização, sendo responsáveis pelo licenciamento ambiental os profissionais
785 listados em respectivas qualificações dos conselhos profissionais. Existe um fiscal ambiental concursado,
786 listado no processo, mas eu tenho a informação de que tem mais funcionários que desempenham essa
787 função no município e que no processo ficaram omissos. A equipe é, então, maior. Tenho oportunidade de
788 conhecer o trabalho por conta da força tarefa do Rio dos Sinos e nós tivemos um contato bastante
789 freqüente mesmo que o município não fizesse licenciamento, mas que na área de fiscalização tem uma
790 atuação bastante intensa desde já, há bastante tempo. O Conselho Municipal é integrado por 6 Secretarias
791 e mais a CORSAN e na sociedade civil vários segmentos, sendo que a lei prevê desses segmentos como
792 será a escolha dos representantes. Ela não é uma lei aberta para dar poder ao Executivo Municipal, que
793 isso não teria sido aprovado no nosso Conselho. Eu vou ler a entidades listadas: a Ordem dos Advogados
794 do Brasil, inclusive na reunião anterior eu expus aqui o porquê do município não estar na pauta há mais
795 tempo, vamos dizer mais de meio ano porque o processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado
796 a respeito dessa participação específica da Ordem dos Advogados do Brasil que, inclusive, detinha a
797 Presidência e que em pareceres anteriores da Secretaria era rechaçada. O município não muito conforme
798 com isso acabou por provocar esse envio à Procuradoria-Geral do Estado que em um parecer bastante
799 longo, que demorou um pouquinho mais do que nós esperávamos, na verdade, atrasou, retardou um
800 pouquinho o processo, mas que esclareceu e que a partir de hoje vai balizar pelo menos o posicionamento

801 da Secretaria em relação à OAB e em relação, também, a outras entidades em que tinha alguma
802 divergência, o CREA, por exemplo. O posicionamento da PGE no sentido de que a OAB é uma entidade
803 pública, mas não integra a administração, portanto, deveria ser considerada, no caso do Conselho, como
804 sociedade civil e assim ela já constava e continua constando. Outras entidades são o Centro das Indústrias,
805 a Associação Comercial, a Associação do Labor, o Sindicato da Associação de Catadores, o Clube de
806 Serviços e Instituição de Ensino Superior, que no caso, hoje são duas as entidades do município. A base
807 econômica é um tanto diversa, mas muito calcada em cima da indústria. Tem mais de um distrito
808 industrial, mas um particular com muitas indústrias instaladas, sendo que passa de mil o número de
809 indústrias e de quase 4 mil o número de estabelecimentos comerciais. Na agricultura não há quase nenhum
810 registro, a não ser, acredito que a unidade do IRGA no Estado. Passamos, então, aos principais problemas
811 ambientais. Eu não vou fazer a leitura porque o parecer que os Senhores receberam é bastante minucioso,
812 assim como o plano ambiental é minucioso. É um plano ambiental elaborado por uma equipe vinculada à
813 Pontifícia Universidade Católica e o Relator, na verdade, fez uma sistematização de todos os problemas
814 ambientais, colocando-os entre administrativos, vinculados à poluição sonora, à poluição atmosférica,
815 vinculados à deseducação ambiental, outros problemas vinculados à flora e fauna. E depois disso, foi
816 listada, então, uma enormidade de projetos que por alguns até foi considerado excessiva na análise do
817 plano ambiental na Câmara Técnica, mas torno a reforçar aqui: se estão no plano ambiental, aprovados
818 pelo Conselho Municipal tornam-se compromissos e como compromissos o município certamente vai
819 envidar os esforços em cumpri-los, até para manter a vontade popular que, de uma certa forma, é o
820 reflexo, tem seu reflexo no Conselho Municipal. Esse processo foi aprovado por maioria, com um grande
821 debate no momento da votação pelo voto contrário do representante do SINDIÁGUA que, pelo que sei,
822 por uma questão muito pontual, bastante pontual em relação a ligações de esgotamento sanitário e metas
823 em relação à ligações de esgotamento sanitário. É um problema bastante conhecido também aqui de quem
824 atua na área do meio ambiente porque o Pró-Guaíba fez lá estações de tratamento com uma capacidade
825 adequada, mas que tem deficiência nas ligações domiciliares. Então, esse é o Relatório e o Parecer é por
826 maioria e, nesse caso, destacado, de certa maneira porque foi bem debatido e com uma certa aspereza até o
827 voto contrário. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Desculpa, eu só faço na informação
828 que tem aqui pelo menos, na pauta, é que houve abstenção do SINDIÁGUA, e agora tu falas que houve
829 manifestação contrária. Só para esclarecer o Plenário. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu esclareci mal porque a
830 SEMA teve que se ausentar no momento do debate final, tendo antecipado o voto, por um compromisso e
831 aqui está confirmado que a abstenção... Está no quadro, desculpe, Presidente. Na lâmina está como
832 abstenção, a leitura é que foi errada. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Eu não sei se
833 seria interessante, até para ilustrar, porque é um município da Grande Porto Alegre, um município de
834 relevância, tu não falaste os projetos, eu estava vendo aqui: programas de legislação municipal, programa
835 de estruturação administrativa-técnica, programa de saúde pública, programa de saneamento, programa de
836 assentamentos habitacionais regulares, programa de controle ambiental, programa de recuperação de
837 ambientes físicos, programa de proteção e recuperação da vegetação e da fauna, programa de proteção
838 arqueológico, histórico e cultural, programa de educação ambiental. É a listagem que tu disseste que havia
839 um bom número, mas até eu penso que para consignar em Ata não é a dimensão dos programas
840 apresentados. Regime de discussão. Conselheiro Valtemir. Conselheira Lisiane se afastou, tem um
841 exemplar também para entregar. A Kátia vai entregar, a suplente. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Srs.
842 Conselheiros, representantes do município, Sr. Presidente. Gostaria de colocar de público aqui que o
843 Município de Cachoeirinha também passou por esse processo de qualificação que a gente assistiu,
844 também, no Município de Taquara. Há muito tempo eu tenho visto o pessoal de Cachoeirinha,
845 conselheiros municipais, servidores, indo fazer curso, preparar-se para um dia assumir essa
846 responsabilidade. Então, gostaria de deixar claro que o município está preparado. Lembrar a todos que é
847 um dos grandes municípios do Estado e, por fim, gostaria de também registrar que o município tem em
848 seus quadros, vocês viram a lista de técnicos e vocês viram que na área do meio ambiente o município
849 possui uma servidora, advogada especializada em meio ambiente e, para a minha alegria e meu orgulho
850 quando na coordenação do PERICER, o Programa Nacional de Capacitação, a Delmira foi uma das
851 instrutoras do Programa Nacional de Capacitação de Gestores desses ramos. Então, para vocês terem uma
852 idéia, realmente o município preparou-se internamente para, depois, sair para fora e assumir a
853 responsabilidade. Deixar bem claro que por mais que as vezes a gente também tem que reconhecer esse
854 esforço. Sei que o município tem alguns problemas com lixo, tem problema com aterro sanitário, tem que
855 ser feita uma obra, isso custa dinheiro, não é tão simples assim. Tem problema de abastecimento de água,
856 tem esse problema das ligações da CORSAN, a gente sabe que realmente é um problema, mas isso vai ter
857 que ser enfrentado algum dia. Agora, entendo que o município está devidamente preparado. Obrigado. **Sr.**

858 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Em discussão. Se não há quem discuta a matéria entra
859 em regime de votação. Quem vota favorável à qualificação do município de Cachoeirinha às atividades de
860 impacto local, por favor, manifeste-se com o cartão de votação. *(21 Conselheiros a favor, nenhum*
861 *Conselheiro contrário; duas abstenções.) Aprovado.* **Sr. Valtemir Goldmeier:** O município tem direito
862 de se manifestar, por favor. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Por que não abriu
863 questão de ordem? De qualquer maneira eu convido, então, seria a Dra. Delmira? **Sra. Delmira Sandra**
864 **de Moura Carvalho:** Não, o nosso Secretário do Meio Ambiente, o Sr. David Ferreira. **Sr. Presidente**
865 **(Francisco da Rocha Simões Pires):** O nosso Secretário do Meio Ambiente que não consta na listagem.
866 **Sra. Delmira Sandra de Moura Carvalho:** Consta, sim. Porém ele está inscrito apenas como
867 Representante da Secretaria. Está quase no final da folha, quando os Senhores estiverem ali, David
868 Ferreira. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Exatamente. David Ferreira, Secretário do
869 Meio Ambiente, por favor, até porque certamente será agraciado com um exemplar a respeito da Mata
870 Atlântica. Eu gostaria que o Senhor manifestasse, já que não precisou, foi desnecessário fundamentar, a
871 grandeza de Cachoeirinha, todos nós conhecemos. Eu gostaria que o senhor se manifestasse e depois eu
872 acho que a suplente, a Káthia, faria a entrega do exemplar para o senhor. **Sr. David Ferreira:** Uma boa-
873 tarde a todos em nome do prefeito do nosso município, meus cumprimentos à Mesa, meus cordiais
874 cumprimentos a todos os Conselheiros. É uma data muito importante para todos nós residentes ou não do
875 Município de Cachoeirinha e na dimensão que hoje nós estamos vivenciando aqui a apreciação junto aos
876 Conselheiros da qualificação do município para o licenciamento local. Ao mesmo tempo, quero salientar
877 que o município hoje comemora o 43º aniversário de emancipação. Então, nós, nesse vibração positiva,
878 entendemos as nossas dificuldades e estamos perseguindo, sim, com muita propriedade e
879 responsabilidade. Ao mesmo tempo, o agradecimento à equipe técnica, aqui presente de servidores,
880 concursados, e isso nós temos, que são a Dra. Sandra, o Geólogo Clécio. Enfim, nós estamos aqui também
881 em um ato de celebração, buscando qualidade e excelência no serviço, junto às questões vinculadas à
882 Agenda 21 brasileira, estamos perseguindo isso enquanto gestão pública de governo e entendemos que os
883 desafios são realmente muito grandes, mas nós estamos prontos, preparados e sempre buscando a
884 utilização dos nossos serviços e a qualificação dos nossos servidores e funcionários. Nossos cordiais
885 agradecimentos à Mesa por ter aberto essa oportunidade e entendemos a equipe que veio do Amapá para
886 se subsidiar de conhecimento e entendo que o nosso Estado do Rio Grande do Sul é referência, sim,
887 nacional dessa busca de preservar, de cuidar não só do Estado, das regiões, dos locais, mas, pelo contrário,
888 em uma dimensão mais ampliada que todos nós temos de compromisso que é o nosso planeta. Então, para
889 finalizar, eu gostaria de enfatizar a satisfação que temos também em recebê-los e gostaríamos de poder, de
890 alguma maneira contribuir com toda essa participação ativa, dos Conselheiros principalmente, que vem
891 apontando, que vem referendando sugestões que são muito importantes e nós entendemos que a busca é
892 constante e entendemos que é preciso, sim, essas referências para que nós possamos cada vez mais
893 avançar na excelência do serviço. Muito obrigado. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**
894 Obrigado e parabéns à Cachoeirinha. (Palmas). A Conselheira Suplente, Káthia, fará a entrega para o
895 senhor, Dr. David, de uma lembrança. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Da rede da Mata
896 Atlântica. Há casos positivos e casos negativos de como usar e recuperar o ambiente central. **Sr.**
897 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Vencemos a nossa pauta da qualificação dos
898 municípios. Questão de ordem. **Sr. Maurício Colombo:** Pedi a palavra. **Sr. Presidente (Francisco da**
899 **Rocha Simões Pires):** Pediu a palavra tardiamente mas vai recebê-la. **Sr. Maurício Colombo:** Foi
900 esquecido. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Se é questão de ordem é questão de
901 ordem. Foi pedida depois da qualificação. A questão de ordem tem precedência. Já havia sido votada a
902 matéria e por deferência oportunizado ao município, por esquecimento da mesa, mas em uma forma
903 democrática e educada eu oportunizo a palavra ao senhor, mesmo que não sendo questão de ordem. **Sr.**
904 **Maurício Colombo:** Não é questão de ordem. Meu nome é Maurício Colombo, sou Representante Titular
905 do Comitê de Bacias Hidrográficas do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Presidente do Comitê da
906 bacia do Rio Gravataí. Eu pedi a palavra para cumprimentar o Município de Cachoeirinha pela sua
907 habilitação, mais um município da bacia, e o Município de Taquara, que já se retirou, também faz parte da
908 Bacia do Rio Gravataí, apenas 0,3% da área territorial do município. Era isso. **Sr. Presidente (Francisco**
909 **da Rocha Simões Pires):** Muito obrigado, Conselheiro Maurício. (Palmas). **4. Minuta de Resolução que**
910 **dispõe sobre o licenciamento ambiental de manutenção (oficina mecânica), lavagem, lubrificação e**
911 **troca de óleo de veículos automotores.** **Sr. Tiago Castagnetti:** O próximo item da pauta trata da Minuta
912 de Resolução que dispõe sobre o licenciamento ambiental de manutenção, lavagem, lubrificação e troca de
913 óleo de veículos automotores. Lembrando que esse assunto esteve na pauta nas reuniões de 13 de fevereiro
914 e 17 de abril na ocasião em que foi deferida vista à FAMURS e a SEINFRA. **Sr. Presidente (Francisco**

915 **da Rocha Simões Pires):** Gostaria de saber se o Conselheiro Valtemir, representante da FAMURS quer
916 se manifestar inicialmente, depois consultar o Conselheiro da SEINFRA, acho que já se retirou, e depois,
917 na ordem, a Conselheira Kátia, representando da Mira-Serra, depois eu gostaria de consultar o Plenário,
918 eu tenho certeza de que não haverá oposição de, na ordem, nós ouvimos as duas promotoras de justiça de
919 Porto Alegre que pediram que pudessem participar da nossa sessão e tivessem direito à voz.
920 Tecnicamente, pelo Regimento, falariam ao final, mediante inscrição na Secretaria; mas como,
921 sistematicamente, o Ministério Público é lembrado como um órgão de relevância e importância na
922 proteção ambiental e sempre lembrado no nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente como, também,
923 um órgão ativo e construtor da política do meio ambiente, eu tenho certeza de que o Plenário não se opõe
924 que nessa ordem: Conselheiro Valtemir, depois nós temos, na ordem, a Conselheira Kátia, depois as duas
925 promotoras de justiça, a Dra. Annelise e a Dra. Ana Marchesan. Mais algum dos Senhores gostaria de se
926 inscrever? Podemos seguir essa ordem dessa maneira? Consulto o Plenário, alguma objeção? Não.
927 Conselheiro Valtemir, 5 minutos regimentais. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros,
928 no tocante a essa assunto dessa resolução que dispõe sobre as oficinas mecânicas, esses postos de
929 lavagem, nós, da FAMURS, entendemos que o assunto não está em condições de ser votado nesse
930 Plenário. Eu acho que tem muitos pontos, entendemos que tem muitos pontos dessa resolução que tem que
931 ser melhor esclarecidos e melhor tratados e, acima de tudo, se vocês olharem o material que todos têm em
932 relação a isso, melhores críticas também, porque eu acho que a forma como foi apresentado para o
933 Conselho, a gente chama isso lá no CONAMA isso de uma *apresentação suja*. Então, isso fica difícil para
934 os Conselheiros votarem um assunto de tão relevante interesse da forma como aí está. Eu não estou aqui
935 para criticar ninguém, absolutamente. O Conselho somos todos nós, um dia eu até já fui Presidente deste
936 Conselho. Então, acho que somos nós que temos que qualificar o processo. E, nesse sentido, Sr.
937 Presidente, eu daria um encaminhamento que tem dois pontos que são fundamentais nessa resolução e que
938 são aberturas de precedentes que depois eu não sei o que vai poder acontecer. Uma delas é quando fala
939 que o alvará pode substituir licenciamento ambiental. A legislação brasileira, toda ela fala em licença.
940 Claro, vamos mudar lá em cima, lá na União primeiro, depois vamos mudar para cá. Então, isso é um
941 ponto que vai gerar um conflito futuro, e eu até digo para vocês: eu estou jogando contra os municípios.
942 Não dizer: o Valtemir é contra isso, mas entendo que a coisa mais importante que nós construímos nesse
943 país nos últimos anos foi esse Sistema Nacional de Meio Ambiente, onde a gente conseguiu ter um
944 sistema de nível federal, temos um sistema a nível estadual e nos nossos municípios nós também temos
945 um sistema montado lá com fundo, conselho, órgão municipal do meio ambiente e se a gente começar a
946 mexer nisso dali a pouco ninguém sabe o que vai acontecer. Então, eu gostaria de dar um
947 encaminhamento. Sei que o meu tempo está terminando, ele já está olhando para o relógio, mas eu vou
948 falar rapidinho. Então, a sugestão é encaminhar essa resolução de volta para a Câmara Técnica de
949 Assuntos Jurídicos, reescrevê-la e aí volta para Plenário, mas tirando fora licenciamento ambiental por
950 alvará porque isso realmente vai ser uma coisa que dali a pouco tudo vai virar alvará. Dali a pouco, nós,
951 municípios, já é fácil atirar pedra nos municípios, a coisa mais fácil de dizer é: o município só tem
952 incompetentes, só tem isso, só tem aquilo. E tenho dito que em tudo que é lugar que eu vou que graças a
953 Deus aqui no Rio Grande do Sul, graças ao trabalho, graças ao trabalho de todo mundo, a começar pelo
954 Conselho, pela Secretaria, pelo SIGA, pela FAMURS, pelas entidades, nós do Rio Grande do Sul já
955 estamos nos aproximando de mais de mil técnicos de nível superior trabalhando em órgão público
956 municipal. Veja bem, isso é qualificação. Claro que tem muita coisa para ser feita, tem técnicos e
957 técnicos, tudo isso, agora, a preocupação que a gente tem, a defesa número 1 desse processo em que eu me
958 somo à Secretaria, somo-me ao Governo Federal, por mais que a gente discorde de algumas posições, de
959 que a gente não pode perder o que é esse sistema. No sistema não está previsto licenciamento por alvará.
960 Então, o meu encaminhamento, Sr. Secretário Adjunto, nosso Presidente do Conselho é que a gente de
961 repente até abreviasse a discussão para poder ouvir as nossas promotoras, mas que a gente remetesse o
962 processo de volta para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e que lá se produzisse um texto que
963 pudesse ser submetido a esse Plenário. E, por fim, Sr. Secretário, vou fazer esse apelo: quando eu era
964 Presidente do Conselho uma das coisas que eu sempre observei é que nas reuniões do Conselho estivesse
965 presente, sempre nas reuniões, a Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ou o Presidente,
966 porque, muitas vezes, vai depender de esclarecimento de Regimento Interno, coisas do gênero. Então, eu
967 vou fazer esse apelo porque o nosso suporte jurídico do Conselho é a Câmara Técnica de Assuntos
968 Jurídicos; então, vou fazer esse apelo de que em todas as reuniões houvesse a convocação do Presidente
969 da Câmara Técnica ou de alguém por ele indicado, para poder esclarecer eventualmente em alguma dúvida
970 de cunho jurídico. Obrigado. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Conselheira Kátia,
971 tenha a bondade. **Sra. Kátia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu queria, primeiro, cumprimentar o

972 pessoal do Amapá. Eu tive a oportunidade de ir ao Amapá há mais de 10 anos. Eu acho que nós temos
973 uma coisa em comum com o Amapá que é o nosso rio. Eu, quando cheguei no Amapá, vi o Rio Amazonas
974 enorme como a gente vê aqui de Ipanema, que não se enxerga o outro lado. No Amapá o rio é tão grande
975 que não se enxerga o outro lado, como é o Guaíba aqui. Agora, a grande diferença, é que lá tem maré.
976 Então, eu cheguei em um dia e o rio estava cheio. No outro dia eu acordei e disse: *Meu Deus, cadê o rio?*
977 O rio tinha realmente encolhido vários metros. Foi uma experiência muito boa, muito produtiva que a
978 gente teve lá. A sociedade civil é bastante atuante e a comunidade indígena também. Então, essa troca de
979 experiência tem que ser dos dois lados. A gente também tem que ir para o Amapá conhecer e ver como o
980 rio cresce e decresce. Sobre esse assunto em especial, eu fiquei bastante preocupada quando esse assunto
981 foi tratado na reunião passada com a possibilidade de substituir uma licença ambiental pela concessão de
982 alvará. Naquela reunião eu acho que fui a única pessoa que se apercebeu disso, pelo menos fui a única
983 pessoa que comentou essa possibilidade e o que representaria esse precedente. Como foi feito um pedido
984 coletivo de vista, eu assumi também, pelo Mira-Serra, de encaminhar esse assunto. Então, eu conversei
985 com vários especialistas em direito ambiental e todo mundo disse isso que o Valtemir disse agora: que a
986 nossa legislação não prevê um alvará substituindo uma licença ambiental. Mas como a opinião das ONGs
987 muitas vezes é muito frágil. Muitas vezes, mesmo quando a gente traz um advogado aqui para falar, o
988 especialista, o mestre, o doutor, por ser representante de uma ONG não é considerado. Então, por esse
989 motivo, Dr. Francisco, nós tomamos a liberdade de convidar o Ministério Público para estar presente
990 nessa reunião de hoje porque, como o Valtemir disse, seria um precedente extremamente perigoso, e nós
991 não estávamos percebendo uma iniciativa ou uma reação dos outros Conselheiros com relação a isso.
992 Além de ser um precedente esse assunto de oficina mecânica, troca de óleo, apesar de ser impacto local,
993 pode causar problemas extremamente sérios se for mal licenciado. Então, nós convidamos a Dra. Ana
994 Marchesan para participar da reunião e ficamos muito satisfeitas quando chegamos aqui e vimos a Dra.
995 Annelise. Isso eu acho que demonstra que a nossa preocupação não era sem sentido. Eu queria agradecer a
996 presença das duas em nome do Mira-Serra. Para nós, de ONG, é sempre muito bom saber que nós
997 podemos contar com o Ministério Público nas coisas realmente importantes. **Sr. Presidente (Francisco**
998 **da Rocha Simões Pires):** Obrigado. A palavra agora fica com a Dra. Annelise Monteiro Steigleder. A
999 senhora tem 5 minutos, Dra. Annelise. **Sra. Annelise Monteiro Steigleder:** Vou dividir o tempo com a
1000 minha colega, Ana Maria Marchesan, que também tem algo a dizer a respeito desse assunto, portanto, vou
1001 ser muito breve. Apenas para lembrar aos Senhores que no nosso sistema constitucional de competências
1002 para legislar sobre o meio ambiente, o Estado tem competência concorrente com a União, mas fica adstrito
1003 a uma legislação complementar, à medida em que a União é que tem a competência para disciplinar as
1004 normas gerais a respeito de várias matérias, entre as quais a questão ambiental. Então, se nós temos uma
1005 lei geral sobre um assunto, a Lei 6.938/81 que prevê o licenciamento ambiental como instrumento da
1006 política de meio ambiente, destinado ao controle de atividades potencialmente poluidoras, utilizadoras de
1007 recursos naturais ou que possam, sob qualquer forma, causar degradação ambiental, parece-nos que uma
1008 legislação estadual, e ainda mais na forma de uma resolução prevendo um alvará para fazer as vezes de
1009 licenciamento de atividades que são potencialmente poluidoras e que, além disso, utilizam a água,
1010 lavagem de veículos, enfim. Então, isso seria inconstitucional. O principal argumento é esse: o Estado não
1011 poderia ir de encontro à lei federal sobre o controle de atividades potencialmente poluidoras e, além disso,
1012 ferindo o artigo 56, parágrafo 3º do nosso Código Estadual do Meio Ambiente, onde existe, de fato, a
1013 possibilidade de licenciamento ambiental simplificado, quando se constatar que são pequenos
1014 empreendimentos e atividades similares que não venham a gerar grandes repercussões ambientais. Então,
1015 por que criar uma forma absolutamente estranha ao nosso sistema e não utilizar um procedimento
1016 simplificado como o próprio Código Estadual de Meio Ambiente permite. Passo agora para a minha
1017 colega, Ana Marchesan. **Sra. Ana Maria Moura Marchesan:** Na verdade, eu venho só reforçar os
1018 argumentos já articulados pelo Valtemir e pela Annelise e enfatizar que o alvará não é previsto como
1019 instrumento nem da Política Nacional de Meio Ambiente no artigo 9º da Lei 6938, nem como instrumento
1020 da Política Estadual de Meio Ambiente pelo Código Estadual de Meio Ambiente. E destacar ainda que
1021 essas atividades trazem, sim, muitos problemas ambientais. Eu trabalho na Promotoria de Meio Ambiente
1022 de Porto Alegre, que é um município que tem uma Secretaria com licenciamento pleno, e ali nós
1023 enfrentamos diariamente problemas envolvendo essas atividades: problemas de poluição sonora,
1024 problemas de não impermeabilização do solo, o Código de Posturas do Município de Porto Alegre, por
1025 exemplo, exige que as atividades de lavagem se dêem de forma encapsulada para não haver
1026 extravasamento de água, para não haver extravasamento de resíduos, para coibir a poluição sonora gerada
1027 pelos compressores, a questão da caixa separadora da água e lama, quer dizer, são atividades que atacam
1028 diversos recursos ambientais importantes, especialmente a água que é o bem mais precioso de todos nós.

1029 Por fim, ainda por uma questão de coerência, eu que assisti a esse procedimento anterior de habilitação de
1030 municípios onde o Estado do Rio Grande do Sul realmente se destaca na cena nacional. Perguntava ao Dr.
1031 Francisco aqui: hoje nós já temos praticamente mais de 50% dos municípios do país licenciando e admitir
1032 que esse licenciamento se dê por meio de alvará, portanto, os municípios não-habilitados poderão fazê-lo,
1033 é uma total incoerência com essa histórica política do Estado do Rio Grande do Sul. Então, advirto os Srs.
1034 Conselheiros, por favor, eu peço, nós temos que louvar o instrumento do licenciamento ambiental e, sim,
1035 podemos simplificar por meio da licença única, no procedimento simplificado previsto no Código
1036 Estadual de Meio Ambiente e na Resolução 237 do CONAMA, mas jamais substituí-lo pelo mero alvará.
1037 Obrigada. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** A palavra em debate, discussão.
1038 Conselheiro Leonel Menezes. Consigno a presença do Prefeito da Cidade de São José dos Ausentes,
1039 Prefeito Erivelto Sinval Velho, que comparece aqui cumprindo uma agenda que hoje, um pouco antes do
1040 encerramento de nossa sessão, se os Senhores quiserem prestigiar, nós estaremos assinando um Protocolo
1041 de Intenções onde se entabulam ações voltadas à educação ambiental, à construção de programas de
1042 inclusão sócio-ambiental e, também, acima de tudo, um pacto mais estreito no desenvolvimento das
1043 atividades que o município precisa para o licenciamento das atividades de impacto local. Então, ele se
1044 torna, também, emblemático diante de tudo que está sendo discutido aqui no nosso Conselho, nós temos
1045 essa oportunidade para assinatura de um protocolo que vai viabilizar e, também, dar um suporte para o
1046 Município de São José dos Ausentes. Conselheiro Leonel. **Sr Leonel Freitas Menezes:** A minha posição
1047 vem a reforçar o que eu defendi no final da reunião passada, Sr. Presidente, que, realmente, esse tema
1048 preocupa todos nós, sejamos da cidade ou do interior, principalmente da cidade. Resíduos de óleo,
1049 realmente, dão danos significativos ao meio ambiente. Eu quero aqui relatar o que tem acontecido no
1050 Estado do Paraná, mesmo porque eu desenvolvo atividades 50% nesse Estado e 50% no Estado do Paraná.
1051 O Paraná adotou um sistema de licenciamento de postos, mas é quase como um sistema voluntário que
1052 vem ao encontro de produzir, talvez mais importante do que uma resolução, é um processo de
1053 conscientização dos empreendedores que estão nesse ramo de atividade. Se você tiver um programa de
1054 qualificação, de educação desse pessoal, normalmente uma lavagem, assim como a troca de óleo, ocorre
1055 junto a um posto de combustível e se agrega, a esse problema, mais o problema do condicionamento e
1056 dos problemas de vazamento de combustível, que a gente sabe que muitas vezes ocorre. Então, eu acho
1057 que esse é um sistema mais de educação do que de punição ou de enquadramento em si. Então, eu volto a
1058 ressaltar: seria muito mais importante - talvez a SEMA possa encabeçar isso - um programa de
1059 qualificação voluntária desses postos, que esses postos usem como símbolo de qualificação. Assim como
1060 se tem o café qualificado pela Associação Brasileira dos Produtores de Café, você ter nos postos do Rio
1061 Grande do Sul os postos qualificados de acordo com o programa tal da SEMA. Eu acho que isso tem um
1062 efeito muito mais positivo do que simplesmente uma resolução proibindo, estipulando regras que a gente
1063 sabe que, na prática, muitas vezes a gente deixa de cumprir. Como eu disse das outras vezes: se todo o
1064 resíduo de óleo a gente trazer para reciclagem nós vamos ter que ter usinas de reciclagem de óleos
1065 disponíveis em todo o Estado e não apenas na Grande Porto Alegre como a gente tem. A gente sabe que
1066 principalmente um óleo combustível ou um óleo lubrificante depois de espalhado para você fazer com que
1067 ele seja absorvido por um material orgânico para depois ser decomposto, isso é uma coisa muito difícil e
1068 uma coisa muitíssimo cara que muito pouca gente vai ter condições de fazer, seja dono de posto, seja dono
1069 de lavagem. Então, eu vejo assim: volta o aspecto educativo, o aspecto ambiental e talvez um sistema de
1070 certificação voluntário. Pode funcionar muito bem nesses casos do que uma resolução proibitiva. **Sr.**
1071 **Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Obrigado, Conselheiro Leonel. Mais algum dos Srs.
1072 Conselheiros se inscreveu, quer se inscrever? Então, nós temos um encaminhamento que seria no sentido
1073 de restituir o processo à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para desenhar, e eu lembro na leitura da
1074 Ata, que eu fazia agora, que até o Conselheiro da AGAPAN, e aqui eu consigno que Felizmente o Prof.
1075 Flávio Lewgoy, com saúde, volta a participar do Conselho. (Palmas) Eu gostaria de consignar que até o
1076 Fábio que o substituiu mencionava a possibilidade da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ou na
1077 elaboração da legislação, de uma resolução, seria estabelecer uma *vacatio legis*, um tempo de aplicação da
1078 lei para que também pudesse vir acho que a compatibilizar o que tu estás falando, buscar o processo de
1079 qualificação em um período que aguarda a entrada, em vigor, vamos dizer, vigorando toda a sua
1080 exuberância e eficácia da norma. **Sr Leonel Freitas Menezes:** Isso tem servido até, é usado lá, como
1081 *marketing*. Os postos colocam lá: *este posto tem qualificação ambiental, este posto está de acordo,*
1082 *respeita o meio ambiente.* **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Seria um exemplo a ser
1083 seguido, o Paraná. Encaminhamento que temos e, pelo visto, eu acho que, está em aberto o debate. A
1084 senhora quer se manifestar, dona Annelise? Não? Só para consignar, uma das preocupações que nós
1085 tivemos foi o uso de recursos naturais, como é o caso da água, da lavagem, gerenciamento de embalagens,

1086 descarte de óleos lubrificantes, todo o processo que é desenvolvido nessas oficinas, em postos de lavagem,
1087 enfim, lubrificação e coisas do gênero é que seriam atividades potencialmente poluentes, acho que
1088 ninguém discorda disso e que gerou uma preocupação quando veio para o Plenário como forma de
1089 recomendação, alterando uma proposta inicial de resolução para a forma de recomendação. E houve um
1090 rechaço e houve uma crítica muito grande naqueles debates todos com relação a esse mecanismo não
1091 previsto na nossa legislação, que seria a sumarização exagerada, talvez, por um ato. Seria mais
1092 administrativo e, talvez, menos ambiental chamado “autorização ou alvará”, que seja. Então, nós vimos a
1093 proposta de restituir esse processo à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e entra em votação. Quem é
1094 favorável, manifeste-se. **(19 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção.)**
1095 **Aprovado. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Então, retorna para a Câmara de
1096 Assuntos Jurídicos este expediente. Questão de ordem? **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:**
1097 Mais ou menos. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Mais ou menos não pode. Se é
1098 questão de ordem é questão temática que seja presencial. Se é manifestação, outra que não regimental. É
1099 regimental? **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu quero que, de novo, o assunto vá Câmara
1100 Técnica, que fique bem claro. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Então, a senhora
1101 consigna, por favor. Uma questão de ordem suscitada pela Mira-Serra e nós vamos conhecê-la. **Sra.**
1102 **Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Quando o assunto voltar para a Câmara Técnica que fiquem bem
1103 claras as informações prestadas pela Dra. Annelise e pela Dra. Ana Marchesan. **Sr. Presidente (Francisco**
1104 **da Rocha Simões Pires):** Estão consignados em Ata, e volta com a Ata. **Sra. Káthia Maria**
1105 **Vasconcellos Monteiro:** Eu peço à Secretaria Executiva que providencie mais do que isso porque, às
1106 vezes, a Ata custa a sair e custa a chegar aos Conselheiros que estão na Câmara Técnica e que muitas
1107 vezes não estão aqui, que não sabem o que a gente discute. Eu acho que o Valtemir também tinha
1108 comentado alguma coisa nesse sentido quando pediu que a Presidente da Câmara Técnica estivesse nas
1109 reuniões, que é para que realmente chegue lá o importante do debate. **Sr. Presidente (Francisco da**
1110 **Rocha Simões Pires):** Está bem, vai pela a Ata ou gravação solicitada, mas independentemente da
1111 gravação tem que ser degravada. Nós não temos como levar testemunhos. O Ministério Público tem,
1112 sistematicamente, comparecido em debates nas Câmaras Técnicas, então, a nossa única forma de
1113 condução é, e é praxe, que as Atas são encaminhadas e anexadas aos expedientes quando retornam e às
1114 Câmaras Técnicas, enfim, quando há algum pedido de diligência, é inafastável isso, mas fica consignada a
1115 sua manifestação. Nós dependemos também do serviço de degravação, taquigrafia, mas tão logo, Tiago,
1116 esteja, só remete o processo para a Câmara Técnica com a Ata. Podemos adotar isso como procedimento.
1117 Consignamos, então, a retirada das nossas queridas promotoras, a Dra. Annelise Monteiro Steigleder e a
1118 Dra. Ana Maria Moreira Marchesan. **6. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões**
1119 **Pires):** O próximo ponto de pauta são Assuntos Gerais. Conselheiro Valtemir é o primeiro inscrito. Se os
1120 Senhores tolerarem em Assuntos Gerais, quando estiver esgotado, se os Senhores puderem presenciar a
1121 acertação desse protocolo a que eu me referi, entre a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e o
1122 Município de São José dos Ausentes eu ficaria muito feliz. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, Srs.
1123 Conselheiros que ainda permanecem. Eu gostaria de, em nome da FAMURS, registrar que no dia 29
1124 próximo passado, o Conselho do Meio Ambiente do Município de Santo Ângelo completou 25 anos. É
1125 importante a gente registrar. Nós temos alguns Conselhos que têm algumas dezenas de anos, tem o
1126 Município de Marau, também que agora, em agosto, se não me engano, completa 31 ou 32 anos, então,
1127 provavelmente seja um dos conselhos mais antigos do País. Gostaria de deixar consignado em Ata de que
1128 o Município de Santo Ângelo, o Conselho de Meio Ambiente completou 25 anos de existência, no dia 29,
1129 próximo passado. Obrigado, Presidente. Era só essa comunicação. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha**
1130 **Simões Pires):** Obrigado. Algum Conselheiro gostaria? Conselheiro Lewgoy, o senhor vai se manifestar?
1131 **Sr. Flávio Lewgoy:** Não, vou me retirar, com a permissão de vossa senhoria. **Sr. Presidente (Francisco**
1132 **da Rocha Simões Pires):** Mais alguma manifestação dos Srs. Conselheiros? Então, eu posso só contar
1133 com a boa vontade dos Senhores e presenciar a assinatura do nosso protocolo de cooperação técnica entre
1134 o Município de São José dos Ausentes o Estado do Rio Grande do Sul por meio da nossa Secretaria para o
1135 desenvolvimento das atividades que permitam ao município avançar na educação ambiental. Além de
1136 avançar na educação ambiental, programas sócio-ambientais a serem desenvolvidos pelo município e nós
1137 também contribuimos com a gestão ambiental municipal. Assinou o Prefeito Erivelto Sinval Velho.
1138 Parabéns, Prefeito. (Palmas). Em não havendo mais Assuntos Gerais, então, eu gostaria de mais uma vez
1139 agradecer a presença dos nossos amigos do Amapá, o Vice-Presidente do Conselho, Geraldo Capela, a
1140 Dra. Telma Pantoja da Secretaria do Amapá do Meio Ambiente, a nossa Dra. Gillene as Silva Sanses,
1141 também do COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente do Amapá, e dizer que para nós é sempre
1142 uma honra, um orgulho e, seguramente, vamos aproximar laços para aperfeiçoamento da nossa luta, do

1143 nosso debate sobre as questões ambientais. Eu gostaria, também, de agradecer a presença de todos os
1144 Conselheiros e de declarar encerrados os trabalhos. (*Encerram-se os trabalhos às 16h40min*).